

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER**

AMANDA JACKELYNE BATISTA

**AS TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL NO MUNICÍPIO DE
SANTA MARIA DO HERVAL-RS (ENTRE 1988 E 2021)**

Porto Alegre

2022

AMANDA JACKELYNE BATISTA

**AS TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL NO MUNICÍPIO DE
SANTA MARIA DO HERVAL-RS (ENTRE 1988 E 2021)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Daniela Dias Kühn

Coorientador: Maycom Douglas Ferreira do Nascimento

Porto Alegre

2022

AMANDA JACKELYNE BATISTA

**AS TRANSFORMAÇÕES DA EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL NO MUNICÍPIO DE
SANTA MARIA DO HERVAL-RS (ENTRE 1988 E 2021)**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 15 de Julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Daniela Dias Kühn – Orientador
UFRGS

Prof. Dr . Paulo Alfredo Schönardie - UNIJUI e UAB

Prof^a. Dr^a. Tanise Pedron da Silva
UFRGS

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso primeiramente agradeço a todos de coração.

Agradeço, especialmente, aos meus pais, Heitor Vicente Batista e Marines Cavalheiro Batista, pela determinação, luta e apoio durante toda a minha vida, vocês foram fundamentais em toda minha formação e é difícil colocar em palavras o quanto representam para mim.

Agradeço aos meus irmãos por estarem ao meu lado quando necessário.

Não poderia deixar de agradecer o companheirismo dos colegas de curso.

Agradeço à minha orientadora Daniela, por estar sempre pronta a ajudar quando necessário.

*“Pensar o passado para compreender o presente e
idealizar o futuro.”*

-Herótodo

RESUMO

A educação é um direito do ser humano, e a educação aplicada ao contexto de vida de cada um deveria ser realidade. Entretanto, a educação do país tem passado por um desmonte que resultou no fechamento de milhares de escolas por todo o território. Esta pesquisa tem por objetivo identificar se as transformações ocorridas na educação no município de Santa Maria do Herval impactam no processo de desenvolvimento rural local. Para alcançar os objetivos se realizou uma pesquisa exploratória do tipo aplicada, com abordagem qualitativa e uso da metodologia de estudo de caso. De forma a alcançar os objetivos propostos foram realizadas entrevistas com a Secretária de Educação do município e com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, além da pesquisa bibliográfica no livro “História de Santa Maria do Herval-RS: 15 anos de município” do Professor Benno Knorst (2003). Com a consulta a estas fontes foram identificadas as escolas desativadas do município e as escolas para onde os estudantes foram deslocados, se tornou possível analisar a distância percorrida pelas crianças para chegar até a escola. Mostrou o quanto a vida escolar está ou não vinculada ao meio rural, também pode se ter um panorama da constituição do meio rural do município e sua evolução. Para discussão teórica estão presentes os estudos dos autores: Célia Regina Vendramini (2015), Roseli Salete Caldart (2000), Mônica Castagna Molina (2011), Fábio de Oliveira Guimarães (2017), entre outros. Como resultado da pesquisa se concluiu que deveria ser priorizado o deslocamento dos alunos para as escolas rurais, com a contratação de profissionais qualificados para aplicar um currículo da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Desenvolvimento rural. Fechamento das escolas. Santa Maria do Herval.

ABSTRACT

Education was a right of the human being, and the applied education to the life context of each one it should be a reality. However the education of the country was passing for one dismount who results in the closed of thousands of schools all over territory. This research has as objective to identify if the transformations occurred in education in the municipality of Santa Maria do Herval impact in process of local rural development. To reach the objectives realized an exploratory research applied type, with a qualitative approach using the case study methodology. In order to achieve the objectives proposed were realized interviews with the Education Secretary of the county and with the President of the Sindicato dos Trabalhadores Rurais, in addition the bibliographic search in the book "História de Santa Maria do Herval: 15 anos de município" from the Teacher Benno Knorst (2003). With the consultation to these sources were identified the disabled schools of the county and the schools where the students were displaced, it became possible to analyze the travelled distance for the children to arrive until school. Showed how much the school life was or not linked to the rural area, can also have a panorama of the constitution of the rural area of the county and your evolution. For the theoretic discussion are presented the studies of the authors: Célia Regina Vendramini (2015), Roseli Salete Caldart (2000), Mônica Castagna Molina (2011), Fábio de Oliveira Guimarães (2017), between others. As result of this research concluded that it should be prioritized the displacement of students for rural schools, with the hiring of qualified professionals to apply a curriculum of the countryside education.

Keywords: Countryside education. Rural development. Closure of the schools. Santa Maria do Herval.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa das fronteiras do município.....	31
Figura 2 – Mapa indicativo do relevo do município.....	32
Figura 3 – Mapa indicativo da rede hidrográfica.....	33
Figura 4 – Mapa indicativo da setorização municipal.....	34
Figura 5 – Pirâmide etária da população municipal.....	35
Figura 6 – Relação das escolas fechadas e bairros em que estavam localizadas.....	41
Figura 7 – Deslocamento dos estudantes das escolas desativadas.....	42
Figura 8 – Escola Theodomiro Porto da Fonseca.....	56
Figura 9 – Escola Germano Hauschild.....	56
Figura 10 – Escola Bento Gonçalves.....	56
Figura 11 – Escola José Bonifácio de Andrade.....	57
Figura 12 – Escola Prof. João Klauck.....	58
Figura 13 – Escola Dom João Becker.....	58
Figura 14 – Escola Pe. José Scholl.....	59
Figura 15 – Escola Pe. Teschauer.....	59
Figura 16 – Escola Pe. Manuel de Nóbrega.....	60
Figura 17 – Escola La Salle.....	60
Figura 18 – Escola D. Pedro II.....	61
Figura 19 – Escola Salzano Vieira da Cunha.....	61
Figura 20 – Escola P. José de Anchieta.....	62
Figura 21 – Escolas desativadas.....	63
Figura 22 – Escolas ativas.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Culturas permanentes.....	37
Tabela 2 – Culturas temporárias.....	37
Tabela 3 – Produção animal.....	38
Tabela 4 – Escolas desativadas.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMVARS	– Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos
CEB	– Câmara de Educação Básica
COREDE	- Conselho Regional de Desenvolvimento
EMATER	- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
FADI	- Fundação Assistencial de Dois Irmãos
FEE	- Fundação de Economia e Estatística
Fundeb	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
Fundef	- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Fundescola	- Fundo de Fortalecimento da Escola
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IDESE	- Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PIB	- Produto Interno Bruto
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	- Plano Nacional de Educação
Procampo	- Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera	- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RS	- Rio Grande do Sul
SUS	- Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	18
2.1	Desenvolvimento Rural.....	23
3	NUCLEAÇÃO E FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS.....	26
4	O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO HERVAL.....	29
4.1	Aspectos históricos.....	29
4.2	Aspectos geográficos.....	31
4.3	Meio físico e os recursos naturais.....	32
4.4	Aspectos socioambientais e demográficos.....	34
4.5	Índices e indicadores socioeconômicos.....	36
4.6	Produção agropecuária.....	37
4.7	Infraestrutura, política e serviços.....	39
5	ELEMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA O RURAL EM SANTA MARIA DO HERVAL/RS.....	40
5.1	Entrevista com a Secretária de Educação.....	40
5.2	Entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.....	45
5.3	Pesquisa bibliográfica sobre a educação em Santa Maria do Herval: Reconstruindo a história da educação no município.....	52
5.4	Registros fotográficos das escolas: a atualidade da educação em Santa Maria do Herval.....	55
5.5	Algumas consequências da transformação educacional de Santa Maria do Herval.....	62
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS.....	69

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS.....73

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.....74

APÊNDICE C –TERMO DE CONSENTIMENTO, LIVRE E ESCLARECIDO.....75

ANEXO A – DECRETO QUE DESATIVA ESCOLAS DO MUNICÍPIO.....76

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento geral que a educação faz parte da formação do ser humano, e que esta tem de ser de qualidade e estar ao alcance de todos, o que, teoricamente, é um direito garantido ao cidadão através da Constituição Federal de 1988 e através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1986.

Entretanto, ao longo das últimas décadas a educação do Brasil está passando por um processo que resulta no fechamento das escolas rurais, fenômeno facilitado devido a políticas federais. O processo de nucleação, que consiste no “fechamento de escola multisseriadas (sic) e a nucleação dos educandos para escolas únicas seriadas, chamadas de Escolas Polos” (PASTORIO, 2015, p. 52) das escolas junto a política de transporte escolar dá base para que a administração pública proceda o fechamento das escolas, em grande maioria as escolas rurais.

De acordo com notícia publicada no site do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) “Um levantamento atualizado com base nos dados do INEP sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica revela que, entre 1997 e 2018, foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro” (ALENTEJANO e CORDEIRO, 2019, online)¹ um número extremamente alto de escolas fechadas, que afetou a vida de milhares de famílias, em diferentes dimensões, Santos e Garcia (2020) ainda ressaltam que:

O fechamento das escolas no campo interfere na formação dos sujeitos, pois privados do acesso aos conhecimentos (científicos, tecnológicos e culturais) que foram transformados e sistematizados ao longo do tempo, a classe trabalhadora terá mais dificuldades de encontrar os caminhos para a transformação e efetivação das políticas educacionais (SANTOS e GARCIA, 2020, p. 286).

O fechamento de escolas rurais também ocorreu no município de Santa Maria do Herval, como evidenciado no livro “História de Santa Maria do Herval-RS: 15 anos de município” escrito pelo professor Benno Knorst em 2003, em que ele resalta o fechamento da Escola Municipal Padre José de Anchieta devido a nucleação (KNORST, 2003, p. 183) e também da Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Theodomiro Porto da Fonseca, também fechada devido a nucleação (KNORST, 2003, p. 134). Além disso, o fechamento das escolas fica evidenciado comparando a quantidade de escolas existentes no ano da publicação do livro

¹ ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T (Brasil). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos**. Online, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>. Acesso em 14 abr. 2022.

com a atualidade, havendo uma diminuição de 8 escolas de Ensino Fundamental num curto espaço de tempo, 14 anos, sendo:

O município conta com duas escolas estaduais [...] somam 619 alunos [...] A rede municipal de ensino possui 12 escolas em funcionamento, sendo 11 de ensino fundamental incompleto e 1 de ensino fundamental completo, tendo estas 484 alunos matriculados. A rede municipal conta ainda com 1 escola de educação infantil (119 alunos), somando 603 alunos. Somando-se os alunos da rede estadual e municipal, o município conta com 1222 alunos (KNORST, 2003, p. 91-93).

De acordo com De Camargo (2017), o município conta atualmente com duas escolas estaduais, uma que atende Ensino Fundamental e Ensino Médio e outra que só atende Ensino Fundamental; quatro escolas municipais com Ensino Fundamental completo; uma escola de Educação Infantil dividida em duas unidades e uma escola de Educação Infantil administrada pela Fundação Assistencial Dois Irmãos (FADI) que está em regime de mútua cooperação com a Administração Municipal que atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, 2021). Ainda de acordo com De Camargo (2017), duas das escolas municipais são escolas rurais, entretanto estas não empregam em seu currículo atividades correspondentes a educação do campo, e dados apresentados pela autora apontam que a maior parte dos estudantes do município, naquele ano, eram residentes da área rural do município e se deslocavam para essas escolas com características urbanas para estudar.

O município conta com 12 bairros e vilas, sendo que destes somente 5 possuem escola, sendo que o bairro Amizade possui uma escola de Ensino Fundamental completo e uma de Educação Infantil; o bairro Padre Eterno Baixo possui uma escola de Ensino Fundamental completo; o bairro Centro conta com a Escola estadual que compreende das séries iniciais até o Ensino Médio, e na rede municipal possui a escola de Educação Infantil; no bairro Boa Vista há a escola estadual com Ensino Fundamental completo, a escola de Educação Infantil, e uma escola municipal de Ensino Fundamental incompleto, e; no Bairro Nova Renânia uma escola municipal de Ensino Fundamental incompleto. Desta forma, os estudantes que residem nos bairros mais afastados que em sua maioria são rurais precisam se deslocar até essas escolas.

Portanto, a escolha pelo tema e problema de pesquisa ocorreu a partir de diversos trabalhos realizados durante o curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural, no qual, ao pesquisar questões relacionadas ao município, foi ficando cada vez mais evidente a diminuição do número de pessoas morando na zona rural do município e trabalhando com a agricultura, além disso faz parte do dia a dia da autora passar em frente de escolas desativadas.

Desta forma, fica o questionamento: O fechamento de escolas ocorrido nas últimas décadas no município tem impactado no processo de desenvolvimento rural local?

Adotou-se, portanto, como objetivo geral: Identificar se o fechamento das escolas rurais do município de Santa Maria do Herval impacta no processo de desenvolvimento rural.

E como objetivos específicos:

- Interpretar os dados referentes ao fechamento das escolas rurais do município;
- Levantar dados referentes ao tempo de deslocamento dos estudantes até suas respectivas escolas;
- Descobrir se há jovens que permanecem no meio rural e trabalham na agricultura.

Para embasar este estudo foram utilizados como referencial teórico os trabalhos dos autores: Célia Regina Vendramini (Qual o futuro das escolas do campo? 2015), Roseli Salette Caldart (A escola do campo em movimento, 2000), Mônica Castagna Molina (Avanços e desafios na construção da educação do campo, 2011), Fábio de Oliveira Guimarães (Políticas públicas e fechamento das escolas rurais no Brasil, 2017), entre outros. Também foram acessados dados disponíveis nas plataformas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, MST, e a consulta a legislação municipal, estadual e federal pertinente.

Este estudo tem abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social...” (GOLDENBERG, 1997, p. 34 *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 31), a pesquisa qualitativa, ainda de acordo com Silveira e Córdova, preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (2009, p. 32).

No que se refere à natureza da pesquisa, se enquadra no tipo “aplicada” que, na descrição de Silveira e Córdova (2009), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (p. 35). Quanto aos objetivos, se torna uma pesquisa exploratória, a qual, “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2007, *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 35).

O procedimento utilizado foi o estudo de caso, o qual “Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.” (FONSECA, 2002, p. 33, *apud* SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 39), o estudo de caso pode focalizar em apenas uma unidade ou ter estudos de caso múltiplos.

A pesquisa teve como abrangência o município de Santa Maria do Herval/RS, tratando do fechamento das escolas rurais do município. O município, está localizado a 75 km da capital do estado Porto Alegre - RS, possui, de acordo com o IBGE (2021) a Área da Unidade Territorial de 140,437 km². E está localizada na latitude: 29° 28' 51" Sul, e longitude: 51° 2' 51" Oeste, fazendo divisa com as cidades: Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café, Morro Reuter, Nova Hartz, Igrejinha e Três Coroas. Foi colonizado por imigrantes alemães (BERLE, 2018), sendo hoje predominante a presença dos descendentes desses imigrantes no município.

Como a pesquisa seguiu pelo ramo da abordagem qualitativa, a definição dos interlocutores se deu considerando o que é importante para a abordagem qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, na seleção se considera o problema da pesquisa, “Quem sabe mais sobre o problema? Quem pode validar tal informação com outro ponto de vista ou uma visão mais crítica dessa situação problemática?” (DOXSEY; DE RIZ, 2002), ainda de acordo com o autor citado a pesquisa qualitativa permite “maior liberdade na composição dos casos e/ou unidades a serem escolhidas.” (DOXSEY; DE RIZ, 2002)

Assim, de acordo com o apresentado, foi feito contato com uma pessoa inserida dentro da dinâmica escolar do município: a Secretária de Educação, e uma dentro da dinâmica rural: o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

A produção de dados se deu pela entrevista semiestruturada, que para Gerhardt *et al.* (2009, p. 72) possui um roteiro prévio, mas no decorrer da entrevista o informante pode ser estimulado a ir além do que está nas perguntas. Foi utilizada também a pesquisa bibliográfica, em que “os dados são obtidos a partir de fontes escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são obras escritas, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas.” (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 69), para tal se procedeu a utilização do livro “História de Santa Maria do Herval-RS: 15 anos de município” do autor Benno Knorst (2003), por este abordar a história do município e retratar o município no ano em que o livro foi publicado, ou seja, neste se encontram informações importantes para esta pesquisa, como quais escolas estavam ativas no município no ano e quais haviam sido fechadas.

Na entrevista com a Secretária de Educação (APÊNDICE B) foram coletados dados referentes ao fechamento de escolas no município, informações referentes ao transporte escolar do município, dados de repetências e evasão escolar, sobre iniciativas voltadas à educação do campo no município, entre outros aspectos. A entrevista ocorreu de forma presencial na Secretaria de Educação do município, tendo ela sido gravada, após o consentimento das partes, algumas perguntas que demandaram uma pesquisa por parte da secretária foram respondidas por mensagens no aplicativo Whatsapp.

Já na entrevista com o Presidente do Sindicato, os dados coletados são referentes ao perfil dos agricultores e de suas famílias, sobre os filhos dessas famílias que frequentam a escola, entre outros dados (APÊNDICE A). Após seu consentimento a entrevista foi gravada.

A cada participante da pesquisa foi explicado qual o propósito da entrevista, bem como a forma como ela se desenvolveria; para que e como seriam utilizados os dados fornecidos; também foi garantida a confidencialidade, a privacidade e o seu anonimato na publicação dos resultados (FRANCISCONI; GOLDIM, 2003), se o entrevistado assim o deseja-se. Todos esses aspectos estão compreendidos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual também deixa claro que o uso das informações é somente para fins acadêmicos, o qual consta no Apêndice C.

Para ambas entrevistas se optou por reproduzir os trechos transcritos exatamente como a/o entrevistada/o se expressou, sem realizar as correções que poderiam ser feitas, a partir da chamada “língua culta”.

A partir da obtenção dos dados referentes as escolas fechadas foi realizada uma ida à campo para localizar as escolas, neste momento elas foram fotografadas pela autora, nas fotos, que estão contidas na subseção 5.4 (Registros fotográficos das escolas: a atualidade da educação em Santa Maria do Herval) em que pode se observar o estado de conservação das escolas fechadas. Ainda como resultado da saída de campo, foi elaborado um mapa com a localização das escolas, o qual também está presente na subseção 5.5 (Algumas consequências da transformação educacional de Santa Maria do Herval).

A análise dos dados obtidos ocorreu pelo viés qualitativo. Após a leitura atenta do livro, dos dados coletados na entrevista e na saída de campo, se procedeu a separação dos dados relevantes, em seguida o cruzamento e validação dos dados e o relacionamento com o referencial teórico.

O presente trabalho se encontra dividido da seguinte forma: inicia com a Introdução; em seguida o referencial teórico, tendo a primeira sessão intitulada Educação do Campo, o qual conceitua e traz marcos importantes sobre a educação do campo, em sua subseção trata da importância da educação para se alcançar o Desenvolvimento Rural, conceituando o termo e mostrando como a educação do campo e o fechamento das escolas influenciam no mesmo; a seção seguinte “Nucleação e Fechamento das Escolas Rurais” discorre sobre o que é a nucleação e como ela ocasiona o fechamento das escolas, além disso, também traz dados relevantes sobre o fenômeno do fechamento das escolas do campo; o capítulo “O município de Santa Maria do Herval” traz em suas subseções aspectos referentes ao município de estudo, como história, geografia, produção agropecuária e outras características; em seguida está o

capítulo “Elementos sobre a educação para o rural em Santa Maria do Herval” que traz as informações obtidas nas entrevistas, na pesquisa bibliográfica e na saída de campo, e demonstra os dados obtidos com este trabalho, e; por fim, são apresentadas as Considerações Finais.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao tratar sobre o fechamento das escolas rurais, se torna primordial trazer o debate sobre o que é a Educação do Campo, a sua importância e os desafios que enfrenta. Para Rodrigues e Bonfim (2017, p.1374), “A educação do campo é uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo”, o que se trata de uma conceituação direta e rasa do termo. Os autores ainda destacam que o termo “Educação do Campo”, não se refere somente as questões de localização da escola, mas “pela cultura que a população camponesa possui que a diferencia da cultura das pessoas que vivem no meio urbano” (2017, p.1374). E aqui os autores trazem um ponto chave na conceituação do termo, que é a “cultura” da população do campo, e se referindo a esse ponto os autores fazem as seguintes afirmações: “a educação do campo deve ser aquela que se baseia em práticas educativas e pedagógicas [...] que levem em conta a **cultura** e as tradições das pessoas que vivem no âmbito rural” (2017, p.1377, grifos da autora), e ainda, “necessário que a educação nas escolas situadas no campo considere a **cultura** e a identidade das pessoas que lá vivem.” (2017, p.1375, grifos da autora).

Bonfim e Rodrigues ainda afirmam que a educação do campo tem o dever de “possibilitar que as crianças e jovens do campo continuem no meio rural e valorize sua **cultura** e suas tradições sem se sentir insignificante com relação aos que vivem no meio urbano.” (2017, p.1385, grifos da autora). Ou seja, a Educação do Campo prevê que as crianças e jovens recebam uma educação que vá ao encontro com o que vivenciam diariamente, sem diminuí-los, ou fazer com que sintam vergonha de suas práticas.

Rosa e Caetano (2008) destacam que a proposta das escolas de Educação do Campo vai além do que ocorre em escolas de ensino regular, pois o que se propõe, e se espera, é de acordo com os autores:

As escolas do campo devem ser espaços de reconstrução da memória coletiva e histórica de toda a comunidade; por isso, a importância dos atores sociais, não somente educadores com educandos, mas com todos os que vivem a realidade da comunidade. Para isso, é preciso que sejam assumidas posturas pedagógicas que venham a enriquecer a possibilidade do diálogo e, posteriormente, a implantação de muitas educações, diferenciadas e alternativas, para as várias realidades existentes no Brasil (ROSA; CAETANO, 2008, p.28).

Ou seja, na Educação do Campo, todos assumem papéis mais ativos, não existe somente o estudante expectador e receptor de conhecimento e o professor transmissor de conhecimento. Os autores afirmam: “Na educação do campo, todos são sujeitos e construtores de memória e

da história, ou seja, todos são sujeitos sociais e culturais.” (ROSA; CAETANO, 2008, p.29). Caldart (2000) ressalta essa característica da educação do campo de tornar os sujeitos protagonistas:

Um *mexe com o outro*, num movimento pedagógico que mistura identidades, sonhos, pedagogias... E isto só pode fazer muito bem a todos, inclusive aos educadores e às educadoras que assumem esta postura. E também à escola, que ao se fechar e burocratizar em uma estrutura e em um jeito de ser, costuma levar educadores a esquecer, ou a ignorar, que seu trabalho é, afinal, com seres humanos, que merecem respeito, cuidado, todos eles (CALDART, 2000, p. 63-64).

Santos e Neves (2012) destacam o que é abordado no currículo da Educação do Campo:

Atualmente, os currículos escolares do campo não podem deixar de incluir o estudo sobre as questões de grande importância em nossa sociedade, tais como: questões ambientais, questões agrária e fundiária, sociais, matrizes produtivas, econômicas, políticas, culturais, de poder, de raça, gênero, etnia, sobre tecnologias na agricultura, entre outras. Enfim, é necessário que o currículo de uma escola do campo contemple as relações com o trabalho na terra e trabalhe o vínculo entre educação e cultura, sendo a escola um espaço de desenvolvimento cultural de toda a comunidade (SANTOS; NEVES, 2012, p.6).

Entretanto, como destacado por Vendramini (2015) devido a forma e motivo pelo qual foram construídas as escolas rurais no Brasil, alcançar a Educação do Campo como tratada neste capítulo é um desafio, pois:

As escolas rurais, criadas no início do século XX, constituem-se mais em estratégias de contenção do fluxo migratório do campo para a cidade do que em espaços formativos. Assim, foi oferecida a uma pequena parcela da população rural uma educação instrumental, reduzida ao atendimento de necessidades educacionais elementares e ao treinamento de mão-de-obra. Ao lado do caráter discriminador do combate à “praga” do urbanismo, a escola assumia caráter nitidamente preventivo contra a desordem social (VENDRAMINI, 2015, p. 54)

A autora no trecho acima destaca pontos importantes como o fato de que as escolas não atendiam a toda a população, que o ensino objetiva a formação de mão-de-obra, e para manter os indivíduos no campo. E o resultado desse processo aparece ao longo dos anos e atualmente, como destacado “As escolas rurais no Brasil, historicamente, têm estado em desvantagem, apresentando menores níveis de escolarização e maiores índices de reprovação, abandono e defasagem idade-série” (VENDRAMINI, 2015, p. 54). Santos e Garcia (2020) concordam na afirmação de que no passado a escola no campo servia para manter as pessoas no campo e acrescentam que “atualmente há o interesse de retirar o homem do campo com o agrupamento de alunos em uma escola considerada de porte físico maior, através da nucleação e/ou

fechamento de escolas consideradas isoladas e com poucos alunos” (SANTOS; GARCIA, 2020, p. 285-286).

Ainda dentro desse debate, os autores, Santos e Garcia (2020), ao trazerem os marcos legais da educação do campo, propõe um questionamento muito válido e pertinente a esse estudo:

Essas premissas faz (sic) nos perguntar se de fato a obrigatoriedade garante na prática a efetivação da lei. Faz nos questionar: quantas escolas na contemporaneidade têm materiais e livros didáticos que dialogam com o contexto local? Existem equipamentos, laboratórios, bibliotecas e brinquedotecas nos espaços de formação escolar do campo? (SANTOS; GARCIA, 2020, p. 269-270).

Ou seja, a existência de uma legislação que dá a base para a existência da Educação do Campo não garante sua aplicação, como ressaltado por outros autores, é necessário que haja uma luta que cobre essa educação ou que a ponha em prática. Quanto a existência de material e de infraestrutura, isso não se aplica somente a escola rural, mas para qualquer escola. Os autores ainda trazem uma resposta para o questionamento acima:

Se o governo brasileiro realmente proporcionasse condições para (sic) as escolas do campo produzissem seus próprios alimentos orgânicos, com profissionais qualificados para atuar na educação, com transporte escolar seguro disponível para transportar as crianças, assim se fosse necessário, para comunidades rurais vizinhas, com o deslocamento intracampo, não estaríamos discutindo a determinação das políticas neoliberais no processo de fechamento das escolas do campo. Seria inocência pensarmos que dentro da sociedade capitalista as conquistas legais em relação à educação do campo garantiria (sic) de fato a sua implementação (SANTOS; GARCIA, 2020, p. 270).

Mas como destacado por Caldart (2000) não são só as escolas rurais que carecem de “ajustes” as escolas ditas urbanas também, assim “é a sociedade como um todo que tem o dever de construir tanto as escolas do campo como escolas da cidade, quer dizer, escolas inseridas na dinâmica da vida social de quem dela faz parte, e ocupadas pelos sujeitos ativos deste movimento” (CALDART, 2000, p. 66). A autora ainda ressalta que no caso das escolas do campo os residentes do meio rural também precisam mudar a sua visão pois:

As populações do campo incorporam para si uma visão que é um verdadeiro círculo vicioso: sair do campo para continuar a ter escola, e ter escola para poder sair do campo. Ou seja, uma situação social de exclusão, que é um dos desdobramentos perversos da opção de (sub)desenvolvimento do país feita pelas elites brasileiras, acaba se tornando uma espécie de bloqueio cultural que impede o seu enfrentamento efetivo por quem de direito. As pessoas passam a acreditar que para ficar no campo não precisam mesmo de ‘muitas letras’ (CALDART, 2000, p. 66).

Em outras palavras, prevalece a visão de que “ou se faz uma coisa ou se faz outra” e de que não há a opção de se fazer os dois, estudar e permanecer no campo.

No que se refere a legislação, a Educação do Campo teve marcos importantes nos últimos anos, a começar pela Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, na qual, em seu Artigo 28, estabelece que:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Sendo este o artigo que fala diretamente da Educação do Campo, mas é possível relacionar o exposto em diversos artigos com o contexto da Educação do Campo.

Assim, no que toca a legislação, Bonfim e Rodrigues destacam que a “educação do campo atualmente possui um arcabouço jurídico consistente e significativo, para que as pessoas no campo possam ter uma educação com qualidade [...] condizente com seus interesses e necessidades” (2017, p.1385).

O Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), com vigência até o ano de 2024, dentre as suas diretrizes inclui algumas que podem ser relacionadas à Educação do Campo, como:

- “II – universalização do atendimento escolar”;
- “III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”;
- “IV – melhoria da qualidade da educação”;
- “X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental”.

Ou seja, as diretrizes mencionadas dão base para a aplicação da educação do campo, a primeira pois prevê que o ensino escolar de qualidade tem de chegar a todos, e nisso se inclui quem vive em área rural; na diretriz III, que trata sobre disponibilizar um ensino equitativo, sem discriminar ou prejudicar quem mora na área rural, fazendo-o se sentir envergonhado por suas origens; na IV, proporcionar um ensino de qualidade na área rural significa propor um

currículo que vá de encontro com a realidade dos estudantes; e na número X, dentro de uma sala de aula diversa, respeitar cada estudante deixando-o à vontade.

O PNE ainda trata da educação do campo nos seguintes pontos:

-Para o alcance da Meta 2 “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.” (BRASIL, 2014), propõe a estratégia:

2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas. (BRASIL, 2014)

E esta estratégia citada, 2.6 do PNE, ressalta a questão de que a Educação do Campo tem a possibilidade de se adequar ao “calendário agrícola”. A educação para o campo é mencionada na estratégia 2.10, “estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades” (BRASIL, 2014), e este é um ponto de extrema importância, pois trata de aproximar a educação de quem mora em áreas mais remotas ou mais abastadas.

- Na Meta 4, que trata do “acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado [...] com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (BRASIL, 2014), traz como estratégia para o alcance da meta, “4.3) implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas” (BRASIL, 2014), ou seja, valoriza o ensino com recursos diferenciados inclusive para a educação do campo e prevê que os professores estejam capacitados para atuar nesse meio específico.

-No alcance da Meta 5 “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2014) apresenta como estratégia “5.5 apoiar a alfabetização de crianças do campo [...] com a produção de materiais didáticos específicos [...]” (BRASIL, 2014), produzir material que melhor se adequa ao ensino das crianças que vivem no meio rural.

-A Meta 6 “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, (25% (vinte e cinco por cento) dos

(as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014), a estratégia 6.7, trata de oferecer este ensino em tempo integral, mas considerando as particularidades de cada local (escola rural) em que possa vir a ser implantado.

- A Meta 7, que trata da qualidade da educação básica, traz uma estratégia importante dentro da Educação do Campo:

7.26) consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; [...] a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e atendimento em educação especial (BRASIL, 2014).

Dentre outras metas e estratégias que fazem referência direta ou indireta à Educação do Campo.

A presença de metas e estratégias que incluem e promovem a Educação do Campo no PNE em vigência é resultado de um longo processo, da mesma forma Vendramini (2015) destaca e resume o que pode ser tomado como alguns dos êxitos da luta pela Educação do Campo recentemente:

Os principais programas e políticas para a educação do campo criados na última década são: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que prevê a distribuição de recursos em função do desenvolvimento de cada região e do número de alunos de cada escola; o Pró-Jovem Campo – Saberes da Terra, programa de escolarização e qualificação profissional inicial de jovens agricultores familiares do campo; o Programa Escola Ativa, em continuidade ao Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), voltado para as escolas multisseriadas do campo; o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), com base na formação por áreas de conhecimento; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), visando à alfabetização e à escolarização de jovens e adultos de áreas de assentamentos rurais (VENDRAMINI, 2015, p. 56).

Apesar de todos os alcances relatados pela autora ainda há muito a ser percorrido, em busca da valorização do campo e de seus atores como um todo.

2.1 Desenvolvimento Rural

Não há como falar em qualquer tipo de desenvolvimento que não inclua a educação, nas palavras de Zanon e Silveira (2013):

A escola do campo, assim como a educação rural, em tempos de globalização assume um importante papel para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois é através de sua ação-construção educativa que as comunidades escolares do campo buscam uma maior integração social, cultural e econômica além de ser um veículo difusor de conhecimentos e saberes sociais. No atual contexto, a escola deve assumir seu papel de elo integrador das trocas dos saberes e técnicas que apontem para uma proposta de desenvolvimento: o desenvolvimento rural sustentável nas comunidades camponesas (ZANON; SILVEIRA, 2013, p. 2).

Ou seja, num mundo globalizado a escola passa a ser um local de integração e um elo para o desenvolvimento. Os autores lembram que para a escola desempenhar essa importante função, a equipe de professores precisa estar capacitada para tal, tendo condições de “elaborar propostas de práticas educativas contextualizadas, que incluam o agricultor como um agente do desenvolvimento do ‘lugar’” (ZANON; SILVEIRA, 2013, p. 8).

Santos e Neves (2012) destacam o papel que a Educação do Campo e a escola desempenham no processo de desenvolvimento:

[...] a Educação do Campo propõe a defesa de um país vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação de qualidade é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade atual. Sendo a escola em espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de outra proposta de educação e de desenvolvimento territorial (SANTOS; NEVES, 2012, p.9).

Desta forma fica afirmada a necessidade das escolas nos ambientes rurais para integrar a comunidade e torná-la parte ativa no processo de desenvolvimento rural. Já para Molina (2011):

a Educação do Campo vincula-se à construção de um modelo de desenvolvimento rural que priorize os diversos sujeitos do campo, isto é, que se contraponha ao modelo de desenvolvimento hegemônico que sempre privilegiou os interesses dos grandes proprietários de terra no Brasil, e também se vincula a um projeto maior de educação da classe trabalhadora, cujas bases se alicerçam na necessidade da construção de um projeto de sociedade e de Nação (MOLINA, 2011, p. 19).

Assim optou-se por utilizar a conceituação de desenvolvimento rural que consta no Documento de Referência da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário:

O conceito de **desenvolvimento rural** não é entendido como modernização agrícola, nem como industrialização ou urbanização do campo. O **desenvolvimento** está associado à ideia de criação de capacidades - humanas, políticas, culturais, técnicas etc.- que permitam às populações rurais agir para transformar e melhorar suas condições de vida, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado,

do mercado e da sociedade civil. Para tanto, é indispensável que essas populações ampliem seu acesso a recursos materiais e simbólicos - terra, crédito, conhecimento e informações, organização (sic) etc, a bens e serviços - públicos e privados - e a oportunidades – de emprego, geração de renda, saúde, educação etc. originadas principalmente nas políticas públicas, mas também em mercados.

[...] o rural é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural para as pessoas e (3) é espaço de relação com a natureza, o que, ao mesmo tempo, estrutura as características assumidas pelos dois atributos anteriores e determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes. Resulta dessa perspectiva que o desenvolvimento rural deve ser abordado necessariamente como um processo social multifacetado e multidimensional de melhoria das condições de trabalho e de vida das populações rurais, de eliminação das desigualdades econômicas e sociais no campo e de preservação do patrimônio ambiental existente para as novas gerações de brasileiros (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013, p.13-14)

A Educação do Campo ao fazer parte do desenvolvimento rural e dar voz aos sujeitos do campo, faz frente ao desenvolvimento que privilegia os sujeitos que detêm o capital.

3 NUCLEAÇÃO E FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS

Ao longo das últimas décadas, a educação do Brasil está passando por um processo que resulta no fechamento das escolas rurais, fenômeno facilitado devido a políticas federais, que Santos e Garcia (2020) destacam “manutenção da estrutura agrária, redução de custos econômicos na área da educação, saúde, cultura, serviços sociais, política de nucleação de escolas e o transporte escolar que beneficia o setor automobilístico” (SANTOS; GARCIA, 2020, p. 270). E destacando a política de nucleação, a qual, segundo os autores, tem por consequência o fechamento das escolas rurais:

O processo de nucleação de escolas do campo, segundo o Parecer CEB/23/2007, teve início no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 e foram ampliadas em decorrência da LDB de 1996 e da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o que resulta em uma acentuada municipalização no Ensino Fundamental (SANTOS e GARCIA, 2020, p. 270).

Quanto a nucleação, Guimarães a define como “projeto neoliberal, para impulsionar a política de transporte escolar favorecendo o setor automobilístico do capitalismo que vê a educação como mercadoria.” (2017, p. 36). Sobre as consequências do processo de nucleação para o indivíduo o autor indica que: “Isso arranca a identidade, suas raízes e características específicas de rurícola, sendo introduzido em ambiente hostil e diferente de tudo que verdadeiramente faz parte da sua vida, o trato com a terra, a agricultura, os animais e o meio ambiente agroecológico.” (GUIMARÃES, 2017, p. 37), destacando ainda a rotina exaustiva imposta às crianças:

[...] são jogados em ônibus e levadas para grandes cidades e ou comunidades, sendo utilizados materiais pedagógicos e paradidáticos urbanocêntrico. Em sua grande maioria, desconhecem os valores vinculados ao projeto político pedagógico da educação do campo, pois o distanciamento da sua comunidade impede a participação popular das diversas comunidades camponesas. Isto fere diretamente a dignidade da pessoa humana, é uma violência contra crianças e adolescentes (GUIMARÃES, 2017, p. 37).

Para os autores Santos e Garcia (2020,) a oferta do transporte escolar deveria possibilitar o acesso à educação por quem vive em áreas mais isoladas, o que ocorre, tendo a possibilidade de estudar em escolas que apliquem um currículo voltado para sua realidade, o que muitas vezes não ocorre, mas os autores descrevem o que realmente acontece:

viabilizam o transporte escolar no campo com o objetivo de diminuir custos com a manutenção de escolas nas comunidades rurais, assim utiliza o transporte escolar para o deslocamento em grandes percursos entre comunidades que geograficamente e culturalmente são díspares, e para agravar a situação há predominantemente o deslocamento campo/cidade, distanciando as crianças, jovens e adultos de sua cultura e do seu modo de viver no e do campo (SANTOS; GARCIA, 2020, p. 271-272).

Guimarães (2017) ainda ressalta as diversas consequências que podem ocorrer com o fechamento das escolas do campo, sendo:

O fechamento das escolas do campo sejam elas, creche, pré-escola, ensino fundamental e médio, devem ser caracterizados como crimes contra a administração pública e punidos com todo rigor da Lei. Se possível, equiparados à crimes hediondos, pois colocam crianças e adolescentes em risco, propiciando não só o êxodo rural, mas também, criminalidade, crescimento desordenado, ocupação irregular do solo, entre outros aspectos. Negados os direitos humanos básicos elementares aos sujeitos do campo, uma reação em cadeia é gerada. Indivíduos e coletivos do campo são agredidos e marginalizados, destituídos do mínimo básico de subsistência. Nessa conjuntura, toda uma legislação nacional e os Tratados Internacionais de Direitos Humanos, que o Brasil é signatário, são violados (GUIMARÃES, 2017, p. 2).

Ainda sobre essas consequências, Guimarães, traz as que recaem diretamente sobre o indivíduo e sua família e ressalta como isso afeta a propriedade rural, a agricultura familiar:

O fechamento das escolas rurais e a utilização do transporte escolar para levar os alunos do campo para estudar na cidade produz uma série de consequências negativas como o tempo gasto no trajeto de ida e de volta de sua moradia para a escola e vice-versa, na maioria dos casos, o aluno passa o dia fora de casa, o que prejudica a sua concentração e desempenho escolar aumento no índice de evasão escolar, pois os pais precisam da mão de obra dos filhos para ajudar no trato com a terra e com os animais contato com uma cultura que de uma maneira geral, difere da realidade vivenciada pelo rurícola, em relação aos grandes centros urbanos, apesar de sua inserção no mundo tecnologizado dentre outros fatores que ao invés de promover a formação escolar e a futura participação no mundo do trabalho acaba por excluí-lo, tendo em vista que as escolas das cidades não atende as especificidades do estudando da educação do campo. (GUIMARÃES, 2017, p. 23)

Ainda nas palavras de Guimarães (2017, p. 27), as políticas do Brasil “estão voltadas para o agronegócio, a monocultura e os agrotóxicos, além da destruição da agricultura familiar, das sementes crioulas e criminalização da sociedade civil organizada. Privilegia um campo sem homem, ocupado por máquinas, e sem escolas”.

O autor, Guimarães (2017, p. 2), lembra de pontos importantes sobre as escolas rurais, e até mesmo nas escolas nucleadas, não basta colocar os estudantes na sala de aula sem que:

tenham acesso à materiais didáticos escolares que atendam suas histórias, identidades, realidade de vida, transporte, alimentação e assistência à saúde. Essas questões básicas são essenciais para manter crianças e adolescentes no ensino fundamental nas escolas do campo, assegurando a formação básica comum e respeitando os valores culturais

e artísticos, nacionais e regionais, de acordo com o artigo 208, da Constituição da República Federativa Brasileira (GUIMARÃES, 2017, p. 2).

O autor ainda lembra que a oferta do Ensino Fundamental é de responsabilidade da administração municipal, e desta forma “os governos municipais devem manter e expandir as escolas que contemplem os sujeitos camponeses. Escolas do campo próximas às comunidades, evitando o transporte escolar, a nucleação e o incentivo à construção de escolas, apenas, nos centros urbanos” (GUIMARÃES, 2017, p. 2).

Dentre as motivações dadas para o fechamento das escolas, estão:

[...] gastos elevados para a manutenção da escola no campo com poucos estudantes, diante das investidas de fechamento de escolas rurais está relacionada à falta de alunos, ou seja, um quantitativo baixo para os parâmetros do capitalismo, como nas escolas núcleos e ou urbanas, costumamos ver salas de aula com 40 alunos ou mais, porque daí eles dizem que é muito caro manter a escola com pouco aluno, com 10 (dez) ou quinze (15) alunos por sala (GUIMARÃES, 2017, p. 28).

[...] as prefeituras alegam que a maioria delas apresentava baixa demanda, ou seja, reduzido número de alunos por unidade de ensino, sendo mais viável para as finanças do município incrementar o transporte escolar, para levar as crianças do meio rural para estudar nas escolas urbanas (GUIMARÃES, 2017, p.38).

Guimarães destaca que quem sai prejudicado com o fechamento das escolas são “a classe operária, os trabalhadores rurais vinculados à agricultura familiar, as cooperativas, sindicatos de trabalhadores e sistemática criminalização de tais sujeitos, individuais e coletivos” (2017, p. 29), e ainda “As cooperativas de trabalhadores rurais e a agricultura familiar e agroecológica, perdem espaço para o modelo do agronegócio de monocultura. Um campo sem pessoas, sem escolas, saúde e trabalho.” (GUIMARÃES, 2017, p. 33).

Cabe destacar, como aponta Guimarães, que “O Poder Judiciário e o Ministério Público devem impedir o fechamento das escolas do campo e possibilitar a permanência digna dos educandos.” (2017, p. 38).

Tomando por base o que foi exposto, pode-se elaborar a metodologia que norteia este trabalho, apresentada na próxima seção.

4 O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO HERVAL

O presente capítulo tem por objetivo trazer uma contextualização do município, Santa Maria do Herval-RS, tomado como foco nesse estudo. As subseções a seguir apresentam diferentes aspectos do município, como: as questões históricas, expondo dados da emancipação, da colonização e atividades econômicas ao longo dos anos; os aspectos geográficos, em que estão presentes dados como a localização e os municípios limítrofes; trazem dados referentes ao meio físico e aos recursos naturais, em que estão identificados o relevo, rede hidrográfica, o bioma e o clima local; os aspectos socioambientais e demográficos, em que consta a população municipal com representação na pirâmide etária, a setorização do município e informações referentes ao sistema de saúde e ao sistema de ensino; nos índices e indicadores socioeconômicos, são apresentados o Índice de Gini, o PIB municipal a evolução do IDH e do IDESE; produção agropecuária, traz dados do Censo de 2017, indicando a área ocupada na agricultura e dados da produção das lavouras temporárias e permanentes, na silvicultura e na produção animal; infraestrutura, política e serviços, traz dados dos serviços presentes no município que apoiam e subsidiam o produtor rural.

4.1 Aspectos históricos

A Emancipação Política de Santa Maria do Herval ocorreu em 12 de maio de 1988 (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, [2022?a]). Mas os pioneiros que colonizaram o município chegaram entre os anos de 1827 e 1829, se intensificando a chegada nos anos de 1846 e depois em 1853. Na época as terras que hoje compõem o município pertenciam à São Leopoldo – RS, e em 1958 passou a pertencer a Dois Irmãos – RS, devido à sua emancipação (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, [2022?b]).

Colonizada por imigrantes alemães (BERLE, 2018), sendo hoje predominante a presença dos descendentes desses imigrantes no município.

De acordo com Braun (2010, p. 215), foi com a imigração alemã, no século XIX, que surgiu um novo sistema fundiário, da pequena propriedade rural familiar, se contrapondo ao sistema predominante na época no Brasil, do latifúndio, monocultura e mão de obra escrava. Ainda de acordo com Braun:

Hoje, todas as atividades que os imigrantes trouxeram, já estão evoluídas e do artesanato surgiram grandes indústrias em meados do século XX, como a indústria calçadista, a indústria têxtil, a indústria de máquinas, os frigoríficos e os laticínios. [...] A pequena propriedade rural familiar iniciada pelos colonos e seus descendentes ainda é responsável por grande parte da produção de alimentos que abastece a maioria da população brasileira com produtos de primeira necessidade (BRAUN, 2010, p. 216).

A base da economia do município, no passado era a cultura da batata-inglesa, atualmente é mais diversificada, contanto com a produção de hortifrutigranjeiros, criação de frangos e gado leiteiro (Braun, 2010, p. 219). Mas, ainda hoje a cultura da batata é importante, sendo:

A principal característica do município de Santa Maria do Herval é de ser o maior produtor de batatas do Rio Grande do Sul em pequena propriedade, com mão de obra familiar, não mecanizada, com controle de uso de produtos químicos e agrotóxicos. Com isso, Santa Maria do Herval produz a batata de forma mais saudável e natural para os consumidores (BRAUN, 2010, p. 269).

Camargo (2014, *apud* KROET, LARA, 2016, p.66) destaca que “a indústria representa 50,17% da economia da cidade, o comércio 22,88% e a agricultura familiar 17,89%”, e Kroetz e Lara colocam que “há aproximadamente 50 anos, a agricultura familiar compreendia quase 100% da economia da cidade, sendo que, no século XXI, representa apenas 17,89%” (2016, p. 66). Hoje a produção agrícola e pecuária é composta por: acácia negra, batata, feijão, milho, olericultura, fruticultura, aviários, leite, ovos, abate de bovinos e suínos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, [2022?a])

Integra a região turística do Vale Germânico e da Rota Romântica, ambas ressaltam a imigração e a cultura alemã (SEBRAE RS; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, 2020).

Aqui fica claro que o município, desde a sua colonização, tinha como base de sua economia a agricultura familiar, entretanto, sua representatividade diminuiu ao longo das últimas décadas, mas como consta nas subseções a seguir o município se caracteriza como interiorano, e a maior parte de seu território é de zona rural. Mas, Berle explica o que motivou esta diminuição dos números da atividade agrícola:

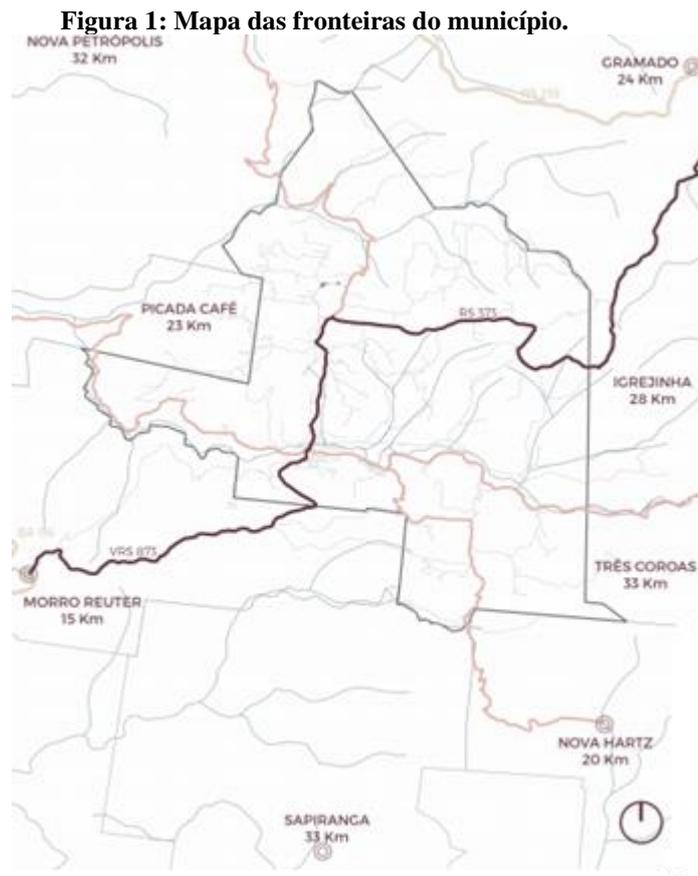
A crise da agricultura na década de 1970, seguida da queda na produção de batata semente entre 1980 e 1990, principal cultura produzida na região, resultou na busca de novas oportunidades na indústria calçadista da região. [...] O terreno acidentado dificulta a competição com os grandes produtores de áreas mecanizadas, e com isso, predomina na região o minifúndio baseado na subsistência e na economia familiar, muitas vezes servindo apenas de complemento ao salário formal (BERLE, 2018, p.25)

Ou seja, uma série de fatores históricos fizeram com que a atividade agrícola perdesse sua importância dentro do município.

4.2 Aspectos geográficos

Faz parte da Messorregião Metropolitana de Porto Alegre e da Microrregião Vale do Rio dos Sinos (SEBRAE RS; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, 2020).

De acordo com o IBGE (2021) a Área da Unidade Territorial é de 140,437 km². E está localizada na latitude: 29° 28' 51" Sul, e longitude: 51° 2' 51" Oeste, fazendo divisa com as cidades: Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café, Morro Reuter, Nova Hartz, Igrejinha e Três Coroas. Como mostrado no mapa:



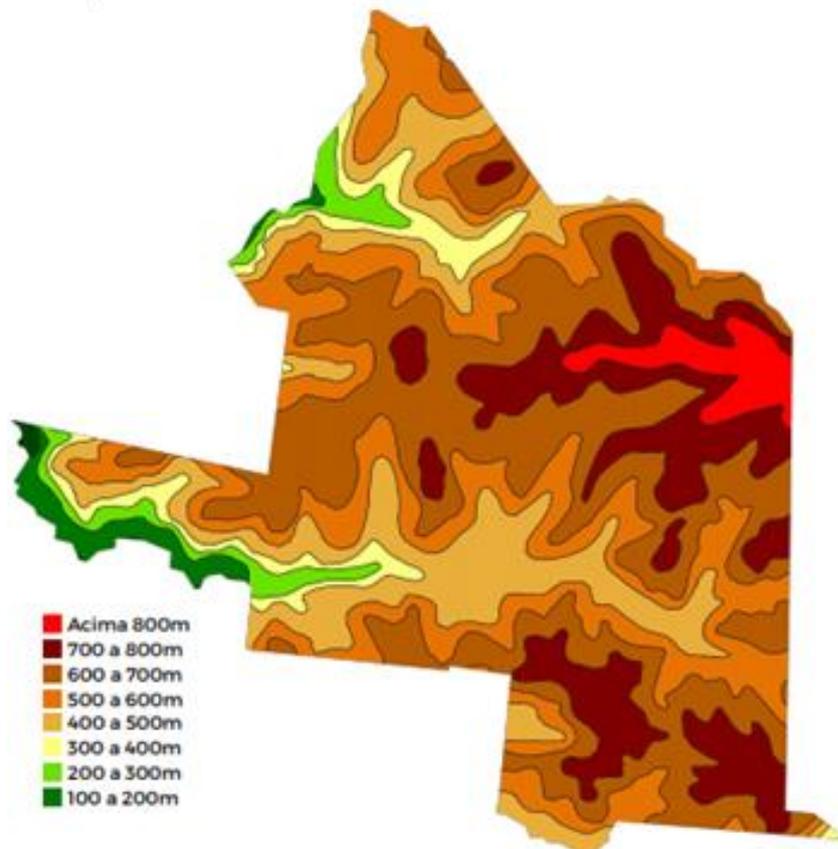
Fonte: BERLE (2018, p. 6).

Conta com as seguintes vias de acesso: BR 116 (via VRS 873) e RS 115 (via VRS 373). Fica distante 75 km da capital Porto Alegre. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, [2022?ª])

4.3 Meio físico e os recursos naturais

“A altitude mínima do município está na base da Usina Hidrelétrica Herval, junto à cascata Herval, a 280 metros acima do nível do mar.[...] e a altitude máxima é de 885 metros, no Morro Dullius, entre as localidades de Alto Pe. Eterno e Nova Renânia” (BRAUN, 2010, p. 218). O município possui um relevo acidentado, o que pode ser observado no mapa abaixo:

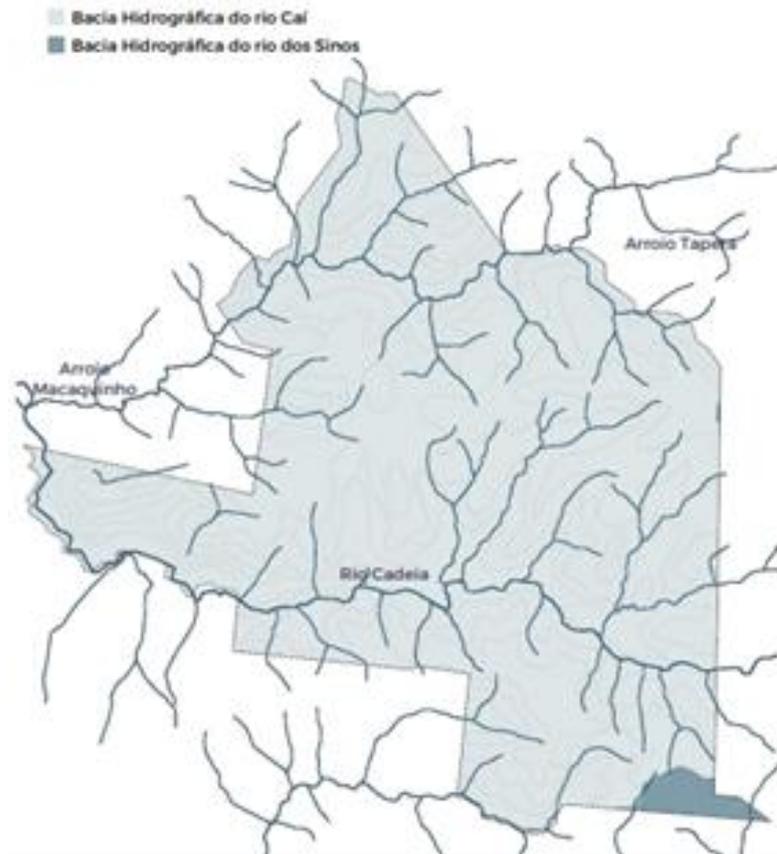
Figura 2: Mapa indicativo do relevo do município.



Fonte: BERLE (2018, p.29).

No que se refere a rede hidrográfica, de acordo com BERLE (2018) “Praticamente toda a região está situada na área de influência da Bacia do Rio Caí, apenas o canto mais próximo à Nova Hartz pertence a Bacia do Rio dos Sinos”, o que está ilustrado no mapa:

Figura 3: Mapa indicativo da rede hidrográfica.



Fonte: BERLE (2018, p.30).

Quanto ao clima, o qual é subtropical (SEBRAE RS; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, 2020) no município, de acordo com Braun (2010, p.219) “é agradável no verão e bastante rigoroso no inverno, com geadas e, às vezes, com queda de neve. As chuvas são bem distribuídas nas quatro estações do ano”.

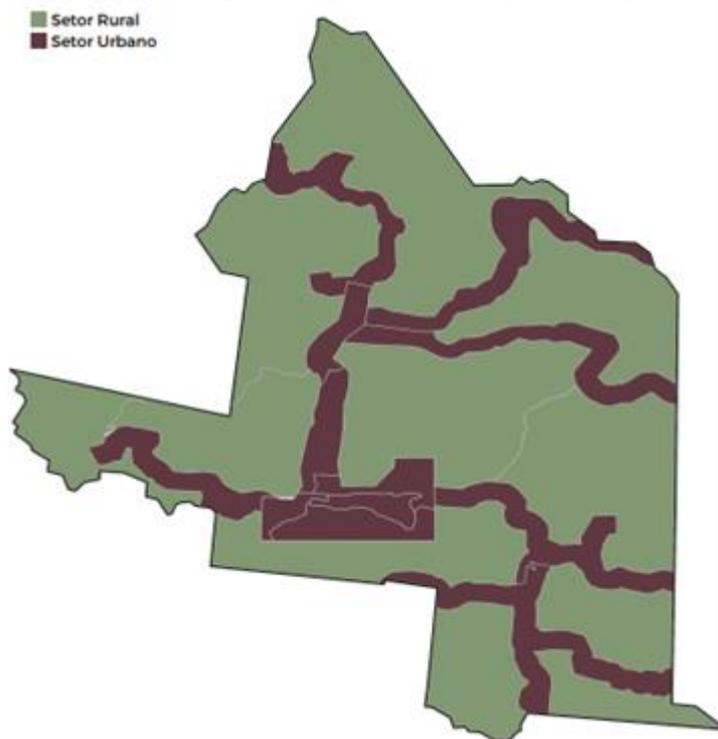
Sobre o bioma do município, de acordo com Braun (2010, p. 217) “Aqui encontramos reservas de mata nativa subtropical reconstituída e araucárias”. Além disso “encontramos algumas reservas de mata atlântica, com infinidades de espécies nativas como árvores, cipós, samambaias” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, [2022?a])

Esta característica apresentada de relevo acidentado, tem como consequência dificultar a mecanização da produção e conseqüentemente a implantação de grandes lavouras, levando o município a ter o predomínio da agricultura familiar. Entretanto, possui uma rica rede hidrográfica, clima com estações definidas e bioma diverso, que contribuem para o desenvolvimento da agricultura. Por outro lado, estas mesmas características também interferem na dinâmica escolar do município, principalmente no que se refere ao transporte escolar, pois os veículos precisam passar por este relevo acidentado e enfrentar as diversas condições climáticas.

4.4 Aspectos socioambientais e demográficos

De acordo com o IBGE, a população do município no Censo realizado em 2010 era de 6.053 pessoas. E a população estimada para 2020 era de 6.364 pessoas. Dos 6.053 habitantes, 4.362 residem em área urbana e 1.691 em área rural. A explicação para um município com característica rural ter a maior parte da população vivendo em área urbana se deve a sua setorização, a qual Berle (2018) definiu como “um tanto diferenciada”, isto porque “ao longo das vias principais é considerado área urbana, e o restante área rural” (2018, p. 31), ainda que a parte “urbana” tenha características rurais.

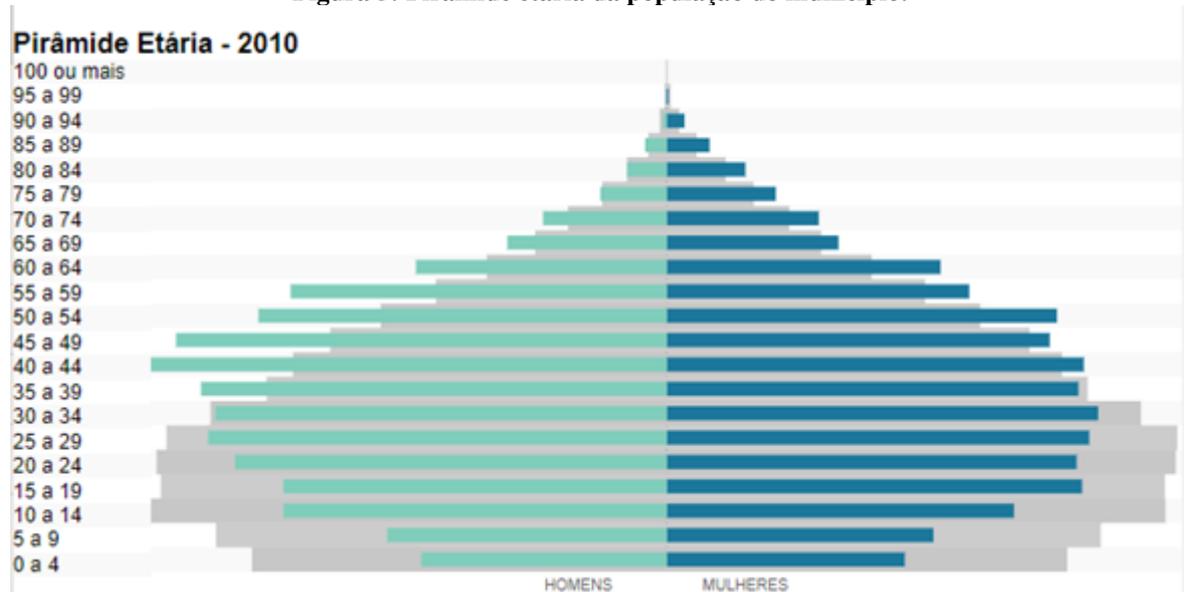
Figura 4: Mapa indicativo da setorização municipal.



Fonte: BERLE (2018, p.31).

No que se refere a estrutura etária, a maior parte da população se concentra entre os 30 e 59 anos, sendo 983 pessoas que possuem entre 30 e 39 anos; 1.009 que possuem entre 40 e 49 anos, e; 825 pessoas com idade entre 50 e 59 anos. O que pode ser observado na pirâmide etária abaixo:

Figura 5: Pirâmide etária da população do município.



Fonte: IBGE (2021)

O município conta com um Ambulatório que realiza atendimentos referentes as “necessidades básicas da população pelo Sistema Único de Saúde – o SUS” (BRAUN, 2010), ainda de acordo com Braun, o mesmo oferece atendimento 24 horas e conta com médicos qualificados em diferentes especialidades. Além disso, possui duas unidades básicas de saúde. Para atendimentos de maior complexidade ou para realização de exames os pacientes são encaminhados para outros municípios.

Quanto à educação no município, conforme dados do censo realizado em 2010, das 5.474 pessoas com 10 anos ou mais, 3.725 não possuíam instrução ou possuíam Ensino Fundamental incompleto; 904 possuíam Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto; 722 possuíam Ensino Médio completo e superior incompleto, e; 123 pessoas possuíam Ensino Superior completo. Quanto a frequentar a escola na época da pesquisa, 1.108 pessoas frequentavam; 4.778 não frequentavam, mas já frequentavam, e; 167 nunca frequentaram (desses, 89 se referem a crianças de 0 a 3 anos) (IBGE, 2010b).

Possui, de acordo com o IBGE (2010b), 2 escolas estaduais, uma que atende séries iniciais e séries finais do Ensino Fundamental e a outra que atende das séries iniciais até as séries finais. Possui 4 escolas municipais, das quais 2 atendem séries iniciais e finais e 2 atendem somente séries iniciais. Além disso, possui 2 escolas municipais de Educação Infantil que atendem até a pré-escola e outra escola que administrada pela Fundação Assistencial Dois Irmãos (FADI) que está em regime de mútua cooperação com a Administração Municipal que

atende crianças de 0 a 3 anos e 11 meses de idade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL, 2021).

É importante ressaltar que não existem no município instituições que oferecem ensino técnico e/ou ensino superior, e isso fica refletido no número de habitantes que possuem ensino superior, por exemplo, e esta é uma carência do município. Além disso faz pensar se a oferta de um ensino de acordo com a realidade dos estudantes não alteraria estes números e tornaria mais “atrativo” frequentar a escola, pois como visto boa parte da população não possui o ensino fundamental completo, que mesmo subtraindo os estudantes que estavam cursando o ensino fundamental no ano da pesquisa ainda resulta em um número elevado, considerando a população total do município. Outro fator a se pensar é que se houvesse uma maior escolarização e qualificação (independente da área) dos habitantes o município poderia alcançar um maior desenvolvimento.

4.5 Índices e indicadores socioeconômicos

No que se referem aos índices e indicadores socioeconômicos, o Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, em 1991 era de 0,3943; em 2000, 0,3359; e em 2010, 0,3051.

O PIB municipal em 2018, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (2021), era de R\$192.347,72 (mil). O PIB per capita no ano de 2019 era de R\$32.726,17 (IBGE, 2021).

O IDH do município no ano de 1991 era de 0,401, e o município se encontrava na posição 397º do ranking estadual, em 2000, o IDH era de 0,598, e estava na posição 277º, já no ano de 2010, o IDH era de 0,676, e o município passou para a posição 396º no ranking estadual (IBGE, 2010c).

Quanto ao IDESE, no ano de 2007 o município apresentava o índice de 0,661 ocupando a 285º colocação no ranking estadual, já em 2016 o índice passou para 0,758 e a sua colocação no ranking para a posição 213º, isso de acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2021).

O município pertence a COREDE Paranhana-Encosta da Serra (FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA a, [s.d.]), e participa da AMVARS (Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos).

Analisando a evolução dos índices do município notasse que houve oscilações com o passar dos anos, é interessante notar que tanto o IDH como o IDESE consideram a educação em seu cálculo, e que apesar destes terem melhorado com o passar dos anos, ambos apresentam

desenvolvimento médio e os dois poderiam sofrer uma mudança se o município promovesse mais a educação. Pois a educação é a base para se ter qualquer tipo de desenvolvimento.

4.6 Produção agropecuária

De acordo com a Lei Municipal nº1.110, de 25/11/2020, a Secretaria Municipal de Agricultura, Fomento Econômico e Meio Ambiente, teria como despesa total fixada de R\$ 1.524.900,00 sendo que, deste montante R\$ 1.220.590,00 são destinados exclusivamente para a Agricultura.

As terras aproveitáveis do município são utilizadas, de acordo com dados obtidos no Censo Agropecuário de 2017, da seguinte forma: 187 hectares de lavouras permanentes e 2.088 hectares de lavouras temporárias. Possui 211 ha de matas naturais, 1.367 de matas naturais destinadas à preservação permanentes ou reserva legal, e 2.040 ha de florestas plantadas. 672 ha de pastagens naturais, 189 ha de pastagens plantadas em boas condições e 31 ha em más condições.

Quanto à produção municipal, os valores podem ser observados nas tabelas a seguir:

Tabela 1: Culturas permanentes.

CULTURA	QUANTIDADE PRODUZIDA	ÁREA OCUPADA
Laranja	31 toneladas	4 hectares
Pêssego	11 toneladas	1 hectare
Uva (vinho, suco)	57 toneladas	8 hectares

Fonte: IBGE, (2017).

Tabela 2: Culturas temporárias.

CULTURA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	QUANTIDADE PRODUZIDA (toneladas)	ÁREA COLHIDA (hectares)
Abóbora	74	490	23
Alho	10	2	1
Batata-inglesa	299	3.327	214
Cana-de-açúcar	21	150	8
Cebola	107	200	26
Feijão Cor	18	11	6
Feijão preto	315	327	159
Feijão Verde	5	3	1
Mandioca	348	605	60
Milho em Grão	435	4.365	822
Milho Forrageiro	290	12.774	433

Fonte: IBGE (2017).

Na silvicultura, no ano de 2019, o município possuía uma área ocupada total de 1.590 hectares, sendo 240 hectares com eucalipto e 1.350 com outras espécies. Nesse mesmo ano produziu (IBGE, 2019a):

- 7.800 toneladas de casca de acácia negra;
- 165 toneladas de carvão vegetal;
- 79.000 metros cúbicos de lenha;
- 2.400 metros cúbicos de madeira em tora.

No que se refere à produção animal, os dados estão demonstrados na tabela a seguir, que traz dados dos anos de 2006, 2017 e 2019:

Tabela 3: Produção animal.

	Rebanho (2019)	Produção (2019)	Estabelecimentos (2017)	Rebanho (2017)	Produção (2017)	Estabelecimentos (2006)	Rebanho (2006)	Produção (2006)
Bovinos	2.994 (950 de vacas ordenhadas)	2.774.000 litros de leite	369 (168 que produziram leite)	2.919 (628 de vacas ordenhadas)	2.548.000 litros de leite	345 (191 que produziram leite)	2.365 (601 de vacas ordenhadas)	1.739.000 litros de leite
Galináceos	1.856.189	2.642.000 dúzias de ovos	370 (262 que produziram ovos de galinha)	1.235.000	1.721.000 dúzias de ovos	234 (126 que produziram ovos de galinha)	412.000	41.000 dúzias de ovos
Ovinos	212		25	268		2		
Suínos	883		282	929		245	1.530	

Fonte: IBGE (2019b).

No município existe um sindicato que representa os trabalhadores rurais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria do Herval.

É nítido que a atividade agrícola é representativa no município. No ano de realização do Censo Agropecuário, o município possuía 578 estabelecimentos agropecuários e somente 9 proprietários possuíam Ensino Superior, 19 possuíam o Ensino Médio completo e 75 o Ensino Fundamental, quanto a idade dos proprietários, a maior parte se concentra dos 45 anos até 75 anos, sendo: 129 de 45 a menos de 55 anos; 188 de 55 anos a menos de 65 anos; 128 de 65 anos a menos de 75 anos (IBGE, 2017). Estes dados demonstram que o município possui um envelhecimento da população rural e baixo nível de instrução nas propriedades, e somado a isso 437 proprietários relataram não receber assistência técnica (IBGE, 2017).

4.7 Infraestrutura, política e serviços

Em 1997, ocorreu a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, tendo como uma das finalidades “participar na definição das políticas para o desenvolvimento rural, o abastecimento alimentar e a defesa do meio ambiente” (SANTA MARIA DO HERVAL, 1997).

O município, através da Secretária da Agricultura fornece auxílio e subsídios aos agricultores, através do fornecimento do serviço de pc hidráulica subsidiado, ou na aquisição de sêmen para inseminação artificial, subsídio na construção de aviários, entre outros.

Além dessas, também estão presentes no município, e com aceitabilidade, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entretanto não se soube precisar há quanto tempo.

Os agricultores do município também têm a possibilidade de se associarem a Cooperativa Agropecuária Petrópolis, a qual oferece assistência técnica aos produtores associados do leite, para isso conta com “uma equipe de 16 veterinários, 46 inseminadores e três técnicos” (PIÁ, [s.d.]) para os associados de frutas “oferece suporte e atendimento aos agricultores desse segmento, auxiliando em diversos momentos do processo de pré e pós plantio” (PIÁ, [s.d.]). Além disso, há no município uma unidade da agropecuária da cooperativa aberta à todos.

Desde 2001 o município conta com a assistência técnica e serviço de extensão rural da EMATER-RS.

Fica claro que o município possui ações e participa de programas que promovem a atividade agrícola, entretanto faltam ações de forma a garantir que as propriedades continuem ativas, ou seja, incentivar a sucessão rural e qualificar os produtores. Os dados apresentados até aqui demonstram a importância da oferta da Educação do Campo nas escolas, pois esta poderia aumentar a sucessão rural e a qualificação das propriedades.

5 ELEMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO PARA O RURAL EM SANTA MARIA DO HERVAL/RS

Nesta seção serão apresentados os dados e resultados obtidos a partir da metodologia proposta para a apresentação e análise da estrutura de educação voltada para o meio rural em Santa Maria do Herval. São apresentados os dados e informações coletados com as entrevistas realizadas com informantes-chave e com a pesquisa bibliográfica específica sobre a educação no município. Além disso, são apresentados mapas elaborados com a localização das escolas e os registros fotográficos obtidos na saída de campo.

5.1 Entrevista com a Secretária de Educação

De forma a se obter os dados relacionados à educação no município se realizou uma entrevista com a Sra. Juliana Dilkin, Secretária de Educação e Cultura do município. Após o consentimento da informante a entrevista foi gravada.

Inicialmente, foi perguntado à secretária quantas escolas haviam sido fechadas no município desde a sua emancipação, para a qual ela respondeu que possuía conhecimento de 11 escolas fechadas, mas que só localizou registro do fechamento de duas escolas (ANEXO A), o qual desativa a Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Padre Teschauer e a Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Padre Manoel de Nóbrega, ambas localizadas no Bairro Padre Eterno Baixo.

Para a segunda pergunta, “Em quais bairros estavam localizadas essas escolas?”, foi apresentada uma relação com o nome das escolas fechadas e os bairros de localização, na imagem a seguir, sendo os bairros, Padre Eterno Baixo, Vila Seger, Morro dos Bugres Baixo, Padre Eterno Ilges, Boa Vista do Herval, Canto Becker, Vila Kunst, Padre Eterno Alto, Linha Marcondes e Nova Renânia.

Figura 6: Relação das escolas fechadas e bairros em que estavam localizadas.

Nome	Localidade
Salzano Vieira da Cunha	Vila Seger
João Klauck	Morro dos Bugres Alto
Lá Salle	P. E. Ilges
Germano Hauschild	(B. Vista do Normal)
	(Canto Becker)
Padre José de Anchieta	Vila Kunst
Padre José Schall	P. E. Alto
Bento Gonçalves	Linha Marcondes
Dom João Becker	Nova Renânia
Theodorico Brito da Fonseca	B. Vista do Normal
Dom Pedro II	Padre Eterno

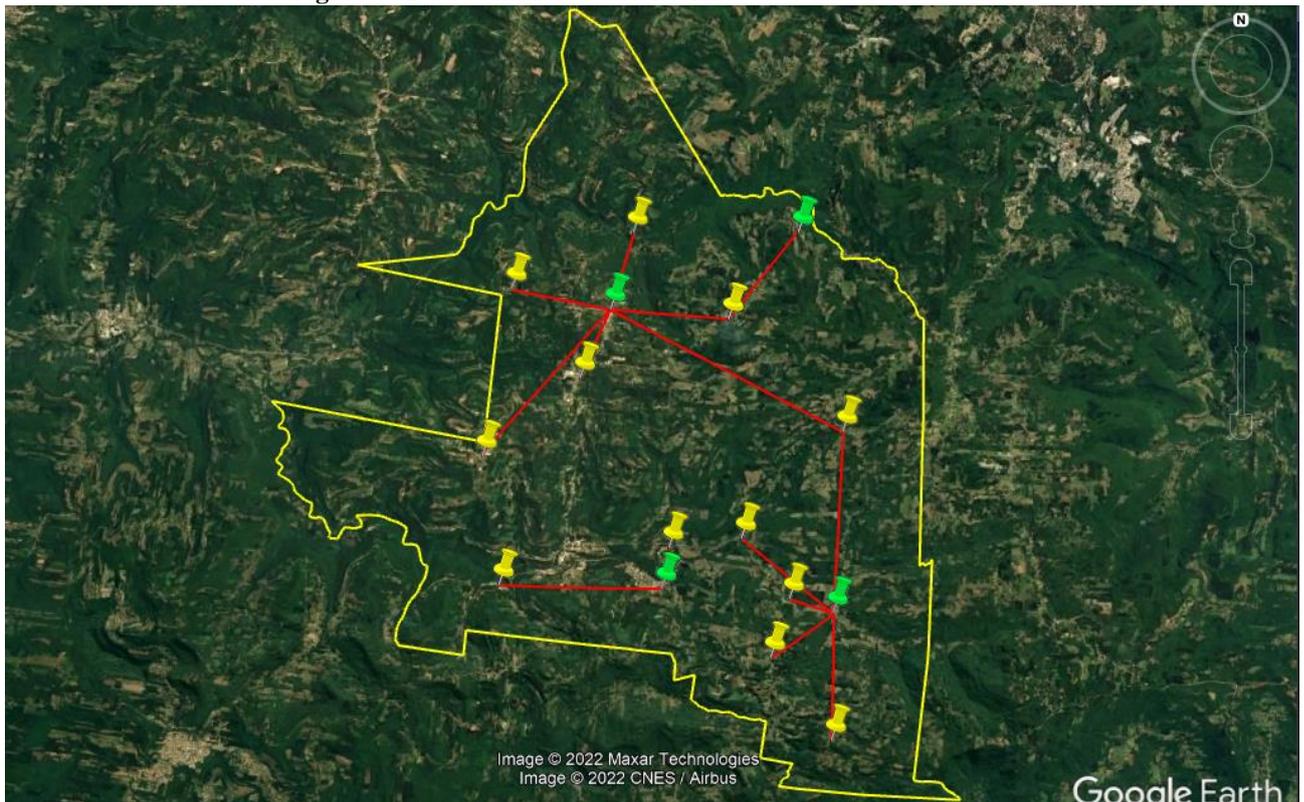
Fonte: elaborado pela Secretaria de Educação, foto da autora.

Para a pergunta 3, que questiona o ano de fechamento e o motivo, a resposta dada pela secretária sobre o ano de fechamento foi “*nós temos conhecimento apenas de uma que é da Padre Teschauer no Padre Eterno Baixo, que foi fechada no dia 7 de março de 1994, das demais não existe nenhum registro*” e sobre o motivo de fechamento “*na verdade elas não foram fechadas elas foram unificadas, né, para facilitar, como tinha pouco aluno e tinha mais de uma escola na localidade elas foram unificadas*” e aqui pode se observar que a secretária utiliza o termo “unificar” que faz referência ao processo de nucleação. Na quarta pergunta, sobre para onde foram deslocados os estudantes que estudavam nas escolas desativadas, a resposta se encontra a seguir:

Os alunos das escolas desativadas do Padre Eterno Baixo e do Padre Eterno Ilges foram transferidos para a Escola Maurício Cardoso, da Vila Seger foram transferidos pra Escola Amizade, Morro dos Bugres Alto pra Escola Castelo Branco [...] Canto Becker pra Escola Castelo Branco, Vila Kunst pra Escola Amizade, Padre Eterno Alto pra Escola Castelo Branco, Linha Marcondes pra Escola Castelo Branco, Nova Renânia pra outra escolinha da Nova Renânia ou pra Castelo Branco e do Padre Eterno Alto pra Escola Castelo Branco ou pra Escola Maurício Cardoso.

Este movimento dos estudantes pode ser observado na figura a seguir, em que os marcadores amarelos representam as escolas desativadas e os marcadores verdes as escolas ativas para onde foram deslocados, as linhas vermelhas mostram o movimento de deslocamento e a linha amarela indica os limites do município:

Figura 7: Deslocamento dos estudantes das escolas desativadas.



Fonte: Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2022, marcações da autora.

E sobre a localização das escolas para onde foram deslocados: *“A Escola Maurício Cardoso é localizada em área rural e a Escola São Leopoldo também, a Escola Castelo Branco e a Amizade em área urbana”*.

Finalizadas as perguntas referentes as escolas passaram-se as perguntas sobre o transporte escolar. Para a pergunta 5 que questionava sobre quantos estudantes necessitavam do transporte, se teve a resposta de que são *“378 alunos da rede municipal”* e que apesar de a administração municipal fornecer o transporte para a rede estadual, não possuíam dados sobre o número de estudantes que utilizavam o transporte, respondendo aos questionamentos de *“Quantos veículos são necessários para o transporte escolar? O município consegue atender essa demanda com transporte próprio?”*, a resposta foi *“a gente tem quatro ônibus próprios, duas vans e duas kombis. Do transporte terceirizado a gente tem uma van, dois ônibus e uma kombi”*. Seguindo o roteiro, a secretária informou que o município possui mais veículos coletivos que pertencem a outras secretarias, como a secretaria de obras e secretaria de saúde, mas não soube precisar quantos, já sobre a forma de aquisição dos ônibus utilizados no transporte escolar, disse que estes foram adquiridos com *“recurso próprio ou através do Caminho da Escola, que é o recurso do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)”*.

Sobre o uso do transporte (pergunta 7 do roteiro) informou que estes são utilizados no deslocamento: do urbano para o urbano, do rural para o rural e do rural para o urbano, sobre o público que utiliza o transporte, quanto a faixa etária e escolarização *“a partir dos quatro anos e até o Ensino Médio, da pré-escola até o Ensino Médio”*.

Quanto a duração da linha do transporte e da distância percorrida, não conseguiu fornecer dados exatos, mas informou que um trajeto pode durar de *“30 minutos a 1 hora e meia”* e após ter questionado os motoristas responsáveis pelo transporte me retornou com os seguintes dados: A linha que passa pelo bairro Padre Eterno Ilges e vai para a Escola Maurício Cardoso percorre 112 km por dia, que seriam dois trajetos de ida e volta; a linha que percorre o bairro Nova Renânia e leva os estudantes até a Escola São Leopoldo, percorre 57 km por dia; a linha que percorre a Linha Marcondes e leva os estudantes para as Escolas Castelo Branco e Schweitzer (escola estadual) percorre 79 km por dia; o trajeto que passa pelos bairros Canto Becker e Alto Morro dos Bugres, e leva os estudantes até as escolas Castelo Branco e Schweitzer, percorre 139km por dia; o trajeto que passa pelo bairro Boa Vista do Herval e leva estudantes para as escolas Castelo Branco, Schweitzer, Amizade e Cônego Afonso Scherer (escola estadual), percorre 185 km por dia; a linha que passa pelos bairros Padre Eterno Alto e Padre Eterno Baixo, leva estudantes para as escolas Maurício Cardoso, Amizade e Cônego Afonso Scherer, percorre 188 km por dia; o veículo que faz o percurso pela Vila Ferraria e Vila Nova e leva os estudantes para as escolas Amizade e Cônego, percorre 111km por dia; a linha que passa pelos bairros Morro dos Bugres Baixo e Centro, levando estudantes para as escolas Cônego Afonso Scherer e Amizade, percorre 135km por dia; o trajeto que passa pela Vila Seger, Morro Closs, Vila Amizade e Centro, levando estudantes para as escolas Cônego Afonso Scherer e Amizade percorre 70 km por dia; havendo ainda a linha que passa por Padre Eterno Baixo e Vila Amizade que leva estudantes para as escolas Cônego Afonso Scherer e Maurício Cardoso e a linha que passa por Nova Renânia, Padre Eterno Alto e Vila Ferraria, levando os estudantes para as escolas Castelo Branco, Schweitzer e Cônego Afonso Scherer, que percorre cerca de 123 km por dia.

Sobre as linhas apresentadas existem fatores que influenciam diretamente na distância percorrida por dia e no tempo de duração do trajeto. Primeiro ressalta-se que as linhas que levam estudantes para a Escola Cônego Afonso Scherer também realizam trajetos noturnos, então podem ser considerados três trajetos de ida e volta, ou seja, possui uma maior quilometragem por fazer esse trajeto a mais, em relação as outras. O segundo ponto é que os trajetos realizados de manhã, à tarde ou à noite de uma mesma linha podem não ser os mesmos, pois variam de acordo com os estudantes que precisam do transporte no turno. Por fim, o terceiro ponto a ser

destacado é que o tempo das paradas e as condições das estradas (pois como apresentado na subseção 4.2, Aspectos geográficos, o município apresenta um relevo composto por morros e uma grande diferença de altitude entre as localidades) também influenciam na distância percorrida e no tempo que o trajeto dura. Além disso, considerando a relação entre os aspectos geográficos e a infraestrutura pode-se chamar a atenção que a maior parte das linhas passam por áreas rurais, as quais possuem estradas de chão batido e que por vezes são estreitas e podem apresentar buracos ou outras adversidades, como ter árvores ou galhos caídos na estrada em dias de mau tempo, ou devido à chuva o veículo pode ficar “atolado”, e isso pode resultar em atrasos no trajeto, aumentando o tempo de duração e conseqüentemente faz com que os estudantes cheguem atrasados na escola ou que cheguem mais tarde em casa.

A pergunta 9, voltada para a educação do campo, questionava “As escolas do município aplicam ou já aplicaram iniciativas voltadas a educação do campo?” A resposta da entrevistada indica que, apesar de, as escolas rurais sempre se inscreverem em programas do governo disponíveis para este tipo de escola, nenhuma escola do município possuía um currículo voltado para a educação do campo.

Em relação à integração das atividades das secretarias nas escolas rurais, em especial a Secretaria de Agricultura, a resposta foi de que *“diretamente da agricultura não, mas junto com a nossa secretaria de agricultura tem a nossa secretaria de meio ambiente, então sim”*, sobre quais seriam estas atividades: *“Programação de Semana de Meio Ambiente, como vai acontecer agora em 2022”* dentre as atividades propostas estavam: palestra nas escolas com biólogas sobre a dengue, palestra nas escolas com integrantes de uma cooperativa escolar do município sobre a erva-mate e o plantio de mudas de erva-mate em diferentes locais do município, como nas escolas, praças e em pontos turísticos.

A décima questão se referia a evasão escolar, para a qual foram obtidas as seguintes informações *“a gente não tem um percentual disso. É bem baixo. Os alunos que a gente tem hoje de evadidos no município são seis alunos então, só que a gente não tem nenhum levantamento exato, a gente acompanha no período...”* quanto ao nível de ensino em que é mais frequente *“anos finais (do fundamental) até porque o município não tem o Ensino Médio, só a escola estadual (estes o município não acompanha)”*. Quando questionada se os estudantes que evadiam residiam em meio rural ou meio urbano, disse que não há diferença significativa entre o número de evadidos que residem no meio rural e que residem no meio urbano. Nos questionamentos sobre reprovação (pergunta 11), também foi informado que não possuía um levantamento exato, mas que era mais frequente *“no fundamental II, que é os anos finais”* e

quanto ao perfil dos estudantes, assim como na evasão, pertencem tanto ao meio rural como ao meio urbano.

Perguntando sobre como a secretária descreveria o perfil dos estudantes do município, ela respondeu *“acho que a maioria é urbana, a gente não tem um levantamento exato, mas pela quantidade de alunos na nossa maior escola que é a Escola Amizade e a Escola Castelo Branco também, a grande maioria é urbano”*.

A décima terceira pergunta, que se referia ao período pandêmico, especificamente os anos de 2020 e 2021, perguntava sobre o acesso à internet para o desenvolvimento das atividades escolares e a retirada de atividades nas escolas, para o que foi relatado que houve estudantes com dificuldades para acessar as aulas devido a problemas de internet e que estes foram mais frequentes nos estudantes que residem no meio rural. Quanto a pegar as atividades nas escolas, a responsável pela Secretaria de Educação no município relatou que as famílias não tiveram problemas quanto a isso. Perguntada sobre como eram contornados os problemas de acesso às aulas, ela respondeu: *“a gente criava outras possibilidades, do aluno vir buscar as atividades na escola, mas isso foi uma pequena minoria, a gente teve problema com dois alunos”*.

Para a pergunta final, número 14, sobre a visão da secretária sobre as perspectivas que o jovem do município tem após a conclusão do Ensino Médio *“a grande maioria opta pela fábrica de calçados, não vai muito adiante, mas eu acho que uns 30% procura algo fora, ao menos do município em várias áreas distintas”*, questionada sobre ter jovens que permanecem atuando na agricultura *“pouco, muito pouco”*. E sobre as perspectivas do jovem que sai da escola antes de concluir os estudos:

é que o que acontece muito é que quando o adolescente começa a querer ficar com aquele seu dinheirinho, ele abandona (a escola) pra ir até pra fábrica de calçados ou até aquela pequena minoria pra ajudar o pai em casa, pra ter o seu dinheirinho e abandona o estudo por causa disso

5.2 Entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, realizou-se também uma entrevista de caráter semiestruturado, com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Santa Maria do Herval, o Sr. Fábio Wobeto, que após o seu consentimento foi gravada.

Inicialmente foram realizadas perguntas sobre o perfil das famílias de agricultores do município, ao que foi respondido *“nós temos agricultores que tem pouca escolaridade [...] até*

porquê a idade do nosso agricultor, ele é avançado e aí são pessoas que há anos atrás não estudavam, né, que nem hoje, o estudo era inclusive mais difícil". Em relação à média de idade dos agricultores foi respondido que: *"um pouco nesse sentido da escolaridade, tem 50 anos (a média de idade)"*. Quanto ao percentual de agricultura familiar no município *"dá pra dizer que 100% aqui é né agricultura familiar, até pelo, pelo próprio enquadramento [...] da agricultura familiar que é de quatro módulos [...] e propriamente também pela renda e né, nosso povo aqui é 100%, dá pra dizer, agricultura familiar"*.

Estes pontos apresentados pelo presidente do sindicato vão de encontro aos dados do Censo Agropecuário realizado em 2017, que mostra que os proprietários dos estabelecimentos agropecuários do município, em sua maioria possuem idade entre 45 e 75 anos, e que indica que somente uma minoria possui o Ensino Médio e somente 9 proprietários possuem nível superior, um dado que comprova a predominância da agricultura familiar, pode ser observado quando ao pessoal ocupado nas propriedades, em que das 1.169 pessoas que atuam nas propriedades, 1.135 possuem laço de parentesco com o proprietário, e somente 34 são contratadas.

Sobre as famílias terem filhos jovens *"tamo falando de pessoas que tão na agricultura de 50 anos, então todos eles tem filhos né, inclusive a grande maioria tem mais que um filho, se for olhar tem vários filhos"*. Abordando um pouco da sucessão rural no município o entrevistado comenta que:

E a sucessão ela é complicadinha, na verdade são, é um processo, são vários fatores que acabam, ahh, desenvolvendo, enfim, fazendo com que haja a sucessão ou não. Nós não temos um processo, e isso até, não olhando só Santa Maria do Herval, olhando né, a nível inclusive de Brasil [...] nós não 'temo' muito essa questão de sucessão, a agricultura ela não tá fácil né, ela é uma indústria a céu aberto, enfim, as pessoas, a juventude, parece que ela quer uma segurança a mais né, e a agricultura ela não propicia muito essa questão de... então é uma loteria de certa forma, as pessoas tem que fazer investimento e depois vão vendo se dá ou não dá, depende de sol, de chuva, enfim, de preço, o agricultor nunca consegue colocar preço na mercadoria, sempre os outros que fazem preço, então isso é um empecilho né, bem forte assim pra juventude não, quando tem uma oportunidade pra outra coisa o jovem parece que não quer ficar na agricultura, então nós temos dificuldade sim pra fazer sucessão, pra ter agricultores que vão tocar essa... que vão produzir aí.

Perguntado sobre casos bem-sucedidos de sucessão rural no município, afirmou que estes existem, e acrescentou:

cada comunidade se destaca uma e outra propriedade, né, nós temos 10, 11 comunidades no município, cada comunidade têm, alguns, uns voltado pro leite, outros voltados pra aves, né, enfim, ou hortifruti que tá bem forte também [...] cada comunidade tem um pouquinho de sucessão.

Sobre essa nova geração que está atuando na agricultura, ter ou estar buscando uma formação dentro da temática da agricultura, e ainda fez um comparativo sobre antigamente, expondo sua visão:

essa juventude que vai continuar na agricultura é uma juventude um pouco diferente já desse povo que hoje faz, né, a agricultura, que são as pessoas de 50. Esses jovens sim [...] a facilidade enfim de hoje estudar e tudo mais, né, hoje parece que a escola ela veio ao encontro do, dos alunos né, o que antigamente não, o aluno é que tinha que ir pra escola, enfim né, a locomoção e coisa, isso hoje parece que ficou tudo mais prático e fácil então essa juventude que tá hoje fazendo sucessão rural, que tão na propriedade eles, ou já tem uma formação ou tão fazendo, enfim tão estudando e coisa. [...]Antigamente não era, parece que pra algumas pessoas tinha oportunidade outras não, hoje não, hoje quem quer estudar eu vejo que [...] é fácil? Não, fácil não existe nada, se tu for olhar, mas hoje pra quem quer estudar acho que tem oportunidade. [...] era bem mais complicado até pela questão de como ir pra escola, a questão financeira também, hoje parece que a escola ela se tornou um pouquinho mais em conta também, mais barata que antigamente.

Sobre os filhos de agricultores menores de 18 anos frequentarem a escola o entrevistado refere que:

tem algum jovem que não estuda [...] às vezes até pelo meio em que eles vivem, os pais eles não tem estudo, então às vezes não se vê importante, não se vê necessário, né, enfim vários fatores acabam às vezes influenciando negativamente essa questão de estudar ou não estudar, nós temos, temos, aí se for olhar acho que um percentual né, se nós pegar 10 jovens na agricultura, deve ter uns 20% que não estudam, 30% né, que acabam não pensando em fazer um nível superior...

Em seguida foi perguntado sobre o fechamento das escolas que se localizam nas comunidades, se para ele o fato de as crianças terem que se deslocar para outra escola era algo negativo:

Não é que o aluno ele deixa de estudar porque fechou a escola do interior, digamos assim né, por que a política ela pega o aluno em casa, leva pra casa, enfim, tem toda essa questão de, a logística de transporte e 'coisa' dos alunos, ela cria a oportunidade pros alunos poder continuar a estudar, mesmo não sendo na comunidade. Agora, as comunidades, é quando nós falamos de agricultura familiar, enfim desenvolvimento das comunidades né, desenvolvimento rural, não tenho dúvida nenhuma que as comunidades perdem né, nós perdemos quando nós fechamos uma escola de interior, olhando sucessão da agricultura e tudo mais, perdemos bastante né, nós inclusive, o movimento sindical, somos um defensor bem forte assim né, dessa questão de manter a escola... porquê quando tu leva o aluno do interior pra cidade, ele, querendo ou não, ele vai, a cidade pensa um pouco diferente né, a cidade é cidade, interior é mais assim essa questão de produção, de rural e tudo mais, então o aluno começa a pensar diferente, ele vê as coisas diferente, e isso pode influenciar. Eu acho que cada um tem um dom, tem uma vocação, enfim, mas isso de certa forma influencia, né, a tomada de decisão lá na frente, pode ser que nós teríamos uma sucessão lá de um agricultor que não vai ter porquê ele acabou estudando na cidade e desenhou outra coisa pra

ele, enfim, desde que isso seja positivo pra vida da pessoa, tudo bem, mas eu, eu também, particularmente, acho que as escolas do interior elas, elas são importantes e deveriam continuar, enfim, é ali que nós criamos, nós nos criamos, é ali que a coisa acontece na prática, né.

E sobre as famílias incentivarem as crianças a estudar, fez também uma reflexão sobre a visão que as pessoas em geral têm do estudo para trabalhar na agricultura:

Cada família é uma realidade, tem, tem famílias que têm isso assim presente, elas veem a importância, né, do estudo, e outras famílias, às vezes, né nem tanto. Existem, no nosso meio, no rural, às vezes essa, não sei se é preocupação dos pais, em relação a, tipo assim 'ah, vou, meu filho vai estudar e depois ele não vai continuar na propriedade, né' porquê têm, tem uma 'logicazinha', uma tendência assim se nós olharmos as famílias, o pai é advogado e o filho vai ser advogado, a mãe é médica e a filha vai ser médica, né, então, aí quando os pais são agricultores, assim, digamos, pelo processo natural os filhos deveriam ser agricultores, né, e aí a questão da agricultura porque desde o passado sempre nós entendemos que o agricultor é aquele que não precisa de estudo, não precisa estudar, não precisa ter... né, enfim, aí tem um pouquinho essa mentalidade, alguns pessoas, eu acho que cada dia tão perdendo isso, um pouco menos também, mas isso até então acho que é bem, bem assim expressivo de que algumas famílias ficam nessa dúvida. O filho com faculdade não vai, não vai plantar alface depois, né, e muito ao contrário, acho que é justamente isso que faz ele ser um bom profissional, faz ele ter sucesso na vida né, não importa o que que ele vai fazer, o estudo ele é importante né, aí pro meio rural mesma coisa, igualmente.

Em seguida, questionei se as famílias incentivam os filhos a permanecer na agricultura ou a procurar outra profissão:

Acho que de dez famílias, acho que sete, sete incentivam, né, umas três não incentivam [...] eles deixam assim, muito vago, deixam os filhos decidir o que eles querem e aí, e aí tu sabe que quando o pai não incentiva, daqui a pouco o filho também, às vezes os filhos precisam de um empurrãozinho, né, a juventude precisa de um empurrãozinho pra continuar a estudar, se em casa não se fala positivo do estudo, os filhos acabam também tendo... não é regra geral isso, mas isso influencia também né, tu tendo um incentivo, né, o pai te falando 'continua a estudar e coisa, que é importante, que vai precisar...' então isso, isso conta também, então acho que uns 30% não fazem isso tanto né, deixam a coisa andar [...] Mas a grande maioria acho que sim, eles querem que os filhos estudem.

Desde que eu acompanho mais o movimento sindical também, eu no começo eu escutava muito aquela coisa, o filho, 'estuda pra não ser agricultor' [...] então se nós olharmos uns anos atrás, os pais diziam pros filhos estudar pra ir fora da propriedade, pra não permanecer na propriedade, porquê era uma, é uma vida penosa, ser agricultor [...] às vezes os pais também não entendem a realidade da cidade, entendeu, incentivam o filho a sair da propriedade porque acham que isso é o pior lugar que existe, enquanto que eles não conhecem a cidade, pode ser a cidade o pior lugar né [...] os pais sempre querem que os filhos [...] melhorem, então se o ambiente que os pais são, eles acham ele difícil e coisa, eles vão dizer pro filho sair, estudar, enfim, procurar outra coisa assim, ser médico, ser advogado [...] acho que 50% das famílias acham que querem o melhor pros filhos fora da propriedade, acham que eles vão se dar melhor fora, que a agricultura é difícil, querendo ou não ela é difícil, mas muitas vezes por desinformação.

Sobre as crianças e jovens terem apego ao rural e possuírem interesse em permanecer na propriedade familiar, o entrevistado respondeu o seguinte:

Acho que muitos jovens gostariam de ficar na propriedade mas às vezes eles não veem o financeiro [...] e hoje também nós não conseguimos mais viver sem dinheiro, tudo é muito (caro), tudo é custo, o que também, há anos atrás [...] se nós olharmos 100 anos atrás 70% da população era agricultora né, hoje inverteu isso, e, mas há 100 anos atrás não se precisava de dinheiro, era uma troca de mercadoria, de coisa, dinheiro quase não se falava, agora de 50 anos pra cá isso virou uma loucura né, e hoje se tu for olhar nós deitamo e levantamo respirando dinheiro [...] nós vivemos num mundo que precisa de dinheiro e aí isso influencia bastante no jovem pra que ele continue/não continue na agricultura, se a agricultura, se a propriedade dá dinheiro ele fica, os jovens ficam, eles não tão saindo muito, eu não vejo a juventude, procura outro, procura outra coisa senão é a questão própria de emprego né, de negócio, negócio em si. Ah, porque que eu vou continuar plantando alface ou batata que é o Teewald, né a Kartoffel, se eu consigo na fábrica de calçados ganha o dobro, não então vou larga tudo, vou pra fábrica de calçado, a grande maioria da juventude pensa nesse sentido, não é nem entrando em méritos de qualidade de vida, de ter o próprio negócio.

E falando mais especificamente das crianças:

Eu acho que na agricultura é um espaço, por isso, essas são as coisas boas do interior, enfim né, que nós podemos, parece que às vezes a gente fala negativo, fala que não é, mas esse é o lado bom, porque na juventude querendo ou não o menor ele, ele vai fazendo o “menor aprendiz” como a gente diz, ele vai, vai trabalhando, vai ajudando, ele vai junto na agricultura, indiferente se ele tem 10 anos, ou 5, ou 15 enfim, ele tá junto e aí vai aprendendo, acho que é uma escola também e tudo mais. A juventude, os jovens ajudam na agricultura sim, vão aprendendo [...] esse é o lado bom do interior, da agricultura, por isso que o meio rural, se nós formos olhar ele tem esse, o desenvolvimento rural, ele começa desde o pequeno.

Sobre o acesso ao estudo pelos filhos dos agricultores durante o período pandêmico, a percepção do entrevistado foi a seguinte:

Na verdade, a pandemia ela trouxe várias, várias questões negativas se formos olhar, uma delas é a escola. Eu acho que nós perdemos, enfim, a gurizada perdeu bastante, nós não tamo preparado pra estudar em casa, entendeu, isso é tudo um processo, o dia que for esse processo de estudar em casa, tudo bem, nós vamos preparar aí a coisa, mas agora não foi, foi pandemia, aí de uma hora pra outra nós acabamos não indo pra escola e achando que em casa iam fazer a mesma coisa, não faz coisa nenhuma, em casa né, tu não tem professor, não tá acostumado, enfim, e aí tu acaba perdendo, principalmente os primeiros anos, assim né essa juventudezinha, as crianças que se tu for olhar, que não sabem ler ainda, que não sabem escrever, e aí essas crianças eu acho que perderam bastante com a pandemia, né, quer dizer, bastante, dois anos pra trás. Imagino que a escola agora vai tentar recuperar isso que é uma coisa bem complicadinha. Perdemos, a pandemia nos fez perder bastante nesse sentido.

Continuando a entrevista, foi perguntado se ele sabia se alguma das duas escolas rurais do município aplicava alguma iniciativa voltada para a educação do campo:

Eu conheço as duas escolas, eu converso com os professores, visito elas, mais a Maurício do que a São Leopoldo lá em Nova Renânia. Mas se tu for olhar, é o próprio fato de as escolas continuarem no meio rural eu vejo positivo, o quanto elas conseguem fazer né, exercer realmente o papel né de escola da comunidade do interior, eu vejo que é um pouquinho né, é um processo, é uma coisa mais complicadinha. Eles tão fazendo, estão cumprindo com os protocolos né enfim, tão seguindo, mas é difícil até porque são só duas escolas, né, e aí se tu pegar o professor ele tá ao mesmo tempo ele tá na escolado interior, depois na cidade, no interior, ele acaba... lá pelas tantas a metodologia de ensinar vai ser a mesma né. E nós queremos, como uma escola de interior uma metodologia um pouquinho diferente de estudo, e isso eu acho que é difícil porque aí isso nós não temos política, tanto voltada pra esse quesito.

Em seguida, expressou sua opinião sobre as escolas aplicarem ou não um currículo adaptado à realidade rural:

Se nós pegarmos a escola do interior, a mesma coisa que a escola da cidade, então ela, ou a cidade vira um interior ou então tem essa coisa... então nós precisamos sim, daqui a pouco não na matriz curricular, mas incluir na matriz curricular alguma coisa relacionada a, ao interior [...] agora também o fato da escola ser na cidade ou no interior, são os dois pontos né, o fato dela ser no interior valoriza aquela comunidade, aquela região, e faz as pessoas se sentirem em casa, perto. Porque quando tu começa a sair da tua comunidade, indo pra um outro lugar, pra estudo, parece que o teu lugar ele é inferior né, então tu não faz a comunidade crescer e evoluir, enfim, esse é o lado principal da escola do interior e depois a matriz curricular que também tem que trazer alguma coisa de estudo né, de 'prosaduras' do interior, senão acaba sendo muito cidade de novo o estudo.

Foi perguntado ao Presidente do Sindicato, em sua visão, como presidente do sindicato, como agricultor, como pai e como morador do município, quais as perspectivas que os jovens têm depois que conclui o Ensino Médio:

Cada um vai tentando seguir a sua vida, onde às vezes fica, nós temos, nós tamo criando uma juventude que não quer mais tanto [...] compromisso, sabe, comprometimento, enfim, eu quero... até porque nós escutamos das pessoas, dos nossos pais, nossos avós, pra aproveitar a vida né. Então, parece que, queremos um emprego, né, mas queremos, eu quero ganhar o meu, na sexta-feira eu quero ganhar, no sábado eu tá livre, enfim, quem tem esse pensamento é difícil, a agricultura é difícil, porquê a agricultura, querendo ou não, ela é uma empresa, né, tu tem que olhar ela com um olhar de administração, não como funcionário, mas como patrão, aquilo lá, tu quer ficar na agricultura, tu tem que ter iniciativa, comprometimento, responsabilidade, tu tem que entender que se tu não fizer, daqui a pouco ninguém vai fazer, e ninguém vai tá aí pra, pra isso, porquê tu não tá trabalhando pra ninguém, é o teu negócio, então essa, esse perfil nós temos, um pouco assim né, das pessoas, dos jovens, e os que tem, eles os que tem espírito pra isso vai tentando fazer, vai tentando seguir, e dá certo, dá certo, não tenho dúvida nenhuma. Todos os ramos eles são bons, depende do ângulo, da forma como nós olharmos e como a gente encara a coisa, então vai ter sempre o agricultor, vai ter sempre os que gostam e que vão lutar, enfim, vão fazer, e vão fazer da agricultura né, um negócio de sustento, vão criar a sua família, vão fazer sua vida... então isso é meio que geral e aqui isso não é muito diferente.

Por fim foi pedido para que ele falasse um pouco sobre uma iniciativa que havia aplicado no município anos atrás, quando estava realizando seu estágio pra conclusão do curso Técnico em Agropecuária (a construção de um viveiro municipal):

Eu quando eu fiz a Escola Bom Pastor (Escola Técnica Bom Pastor, localizada em Nova Petrópolis-RS), lá quando eu voltei, sim, fizemos aqui no município, eu fiz o estágio né, no município, na secretaria de agricultura e aí nós, eu tinha o meu estágio, era Plasticultura e Olericultura. Oh, isso aí faz vinte anos, alguma coisa eu já esqueci. Plasticultura e Olericultura, que engloba toda a parte de verduras e coisas enfim né, e aí nós, o projeto meu era fazer o viveiro municipal né, funcionar na prática e coisa, fizemos lá duas estufa grande e bonita. Fornecemos na época pra merenda escolar e tudo mais, e fizemos em duas escolas também né, estufa e acompanhamos, enfim, tô dizendo acompanhamos porque na verdade eu e o Jaime, o Jaime hoje secretário de agricultura, se formou lá no Bom Pastor também, nós dois se formamos junto no mesmo ano. E eu tinha plasticultura e olericultura e ele tinha Piscicultura [...] nós dois fizemos estágio aqui e nós dois acabamos acompanhando um e outro, eu ajudava ele e ele me ajudava a fazer os trabalhos. Acabamos fazendo um belo trabalho no município de um ano aí de estágio. Que é muito importante, é isso a escola do interior não só por ela tá situada no interior na comunidade que ela vai fazer toda a diferença, ela precisa também o currículo também adaptado pra isso, pra dar o resultado, o que a gente espera de uma escola de interior. [...] Depois que nós acabamos, terminamos o estágio elas ficaram um ano, dois, acho que uns dois anos ainda as professoras, os professores acabaram ainda cuidando enfim. Mas isso quando o município não tem uma política voltada pra isso, esse incentivo, enfim fazer esse trabalho, acaba indo, não andando porquê o professor às vezes também não tem o conhecimento, enfim, e aí acaba né, o técnico, acaba não, não funcionando, então isso aí o município precisa acreditar, o município tem que contratar um profissional, enfim pra fazer esse trabalho, ou isso não acontece, como as escolas do interior também, as escolas do interior precisam de professor um pouquinho né com a mentalidade de interior, porque senão ele vai pensar muito cidade e aí acaba não, ele acaba nem gostando enfim, e aí o currículo não se desenvolve.

Aqui pode se observar que em algum momento o município desenvolveu uma iniciativa voltada ao meio rural, através do estágio do atual Presidente do Sindicato, e como ele relatou, só teve sucesso enquanto houve quem estivesse comprometido com a atividade. Além disso, o entrevistado falou um pouco sobre a falta de agricultores com formação de Técnico em Agropecuária, ressaltando o fornecido pela Escola Técnica Bom Pastor, localizada em Nova Petrópolis, na qual ele estudou:

Aqui no Herval nós devemos ter 10 que se formaram no Bom Pastor (como Técnicos em Agropecuária), como nós tamo num município agrícola né, nós deveríamos ter 100 alunos que se formaram lá ou enfim, ou todos os que querem e tem a ideia de continuar na agricultura deveriam ter a formação e depois se não continuar na agricultura, não quer dizer né, porque a educação, a formação, ela só agrega na tua vida, não necessariamente nós estudamos técnico agrícola ou fizemos agronomia e depois nós temos que exercer a atividade, agora quem exerce a atividade deveria ter né, essa formação, e nós temos muita, muita pouca gente que exerce, exerce a atividade agrícola e tem a formação de técnico ou agrônomo, enfim.

5.3 Pesquisa bibliográfica sobre a educação em Santa Maria do Herval: Reconstruindo a história da educação no município

Na consulta ao livro “História de Santa Maria do Herval-RS: 15 anos de município” publicado no ano de 2003 e escrito pelo professor Benno Knorst podem ser encontrados dados relevantes referentes a educação escolar do município desde a época da colonização até o ano de publicação do livro. O autor ressalta, no capítulo que trata da educação no município que “A educação para a formação humana e cristã e o aprendizado da leitura e escrita, de cálculos matemáticos e da religião dos filhos sempre foi uma das prioridades das famílias de imigrantes alemães” (KNORST, 2003, p. 86). Ou seja, a educação sempre foi valorizada pelas famílias do município, tanto que na época da colonização os colonos davam prioridade na construção de uma capela ou igreja e da escola, as quais eram localizadas sempre próximas e ali se desenvolvia a vida da comunidade, sendo que até hoje ao se deslocar pelo município se percebe que a maioria das escolas, mesmos os prédios abandonados de escolas fechadas, se localizam ao lado ou em frente da igreja ou do salão da comunidade, havendo poucas exceções, ressaltando que “Sempre em torno da igreja e escola se formava e crescia o povoamento” (KNORST, 2003, p. 133).

No livro são encontrados dados sobre cada escola do município, descritos a seguir:

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Castelo Branco, ao lado da igreja católica, construída em 1981, no bairro Boa Vista do Herval (KNORST, 2003, p. 134);

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Theodomiro Porto da Fonseca, localizada no bairro Boa Vista do Herval, construída em 1982, em que o autor destaca “desativada por motivos de nucleação” (KNORST, 2003, p. 134);

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Dr. Germano Hauschild, localizada no Canto Becker “onde o primeiro prédio foi construído pela própria comunidade, tendo como Professor Cláudio Becker. Em 1984, o Prefeito Romeu B. Wolf construiu uma nova escola de alvenaria” (KNORST, 2003, p. 134);

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Bento Gonçalves que teve o prédio inaugurado em 1996, localizada na Linha Marcondes (KNORST, 2003, p. 151), entretanto, o autor cita que houve uma professora que atuou nesta escola do ano de 1953 até 1997, ou seja, havia um prédio anterior a este;

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto José Bonifácio de Andrade, localizada no Morro dos Bugres, teve seu novo prédio inaugurado em 1997, mas esta é provavelmente a escola mais antiga do município, pois está localizada na primeira região a ser

ocupada pelos colonos, o autor menciona que o primeiro professor a lecionar na escola foi o “Sr Nicolau Müssnich e a partir de 1939, o Professor Eugênio Moraes” (KNORST, 2003, p. 153), assim se conclui que a escola já existia antes de 1939;

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Prof. João Klauck, que existe desde 1968 e em 1992 teve seu prédio de alvenaria inaugurado e está localizada na comunidade de Morro dos Bugres Alto (KNORST, 2003, p. 155);

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Dom João Becker, localizada na Nova Renânia, com prédio inaugurado em 1984 e de acordo com Knorst “Essa escola já está desativada pela 2ª vez” (KNORST, 2003, p. 158) ainda segundo o autor, o primeiro prédio dessa escola foi erguido na década de 1920;

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto São Leopoldo, também localizada na Nova Renânia, o prédio de alvenaria foi inaugurado em 1978, e está localizado perto da igreja e do salão da comunidade, mas segundo o autor esta comunidade teve suas primeiras escolas construídas na década de 1920 (KNORST, 2003, p. 158);

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Pe. José Scholl, que teve seu prédio construído em 1982, fica no bairro Padre Eterno Alto em frente à igreja da comunidade. O autor menciona que o professor Ilson Kaefer “iniciou suas atividades docentes na escola nova, em 1962” (KNORST, 2003, p. 162);

-Escola Municipal Pe. Teschauer, com prédio de alvenaria construído em 1988, e está localizado ao lado da igreja a comunidade de Padre Eterno Baixo (KNORST, 2003, p. 167);

-Escola Municipal Pe. Manuel de Nóbrega, também localizada no bairro Padre Eterno Baixo (KNORST, 2003, p. 168);

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Maurício Cardoso, que no ano de publicação do livro não possuía o Ensino Fundamental completo, mas que atualmente o possui. Está localizada em Padre Eterno Baixo e segundo o autor “O primeiro prédio de alvenaria foi construído pelo Prefeito Norberto E. Rübénich de Dois Irmãos em 1981. A partir de 1994, foi feita a nucleação das escolas municipais do Padre Eterno Baixo, com o funcionamento da 1ª a 6ª séries.” (KNORST, 2003, p. 168), entretanto a escola é mais antiga, pois no livro consta que a Srª Thereza Zähler atuava como diretora e professora na escola desde 1964;

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto La Salle, localizada no bairro Padre Eterno Ilges, de acordo com Knorst:

A 1ª escola funcionou num prédio de madeira [...]. Em 1941, a Prefeitura de São Leopoldo construiu o 1º prédio de alvenaria [...] O 2º prédio foi construído em 1972 pelo Prefeito de Dois Irmãos [...] e o atual prédio foi construído em 1988 pelo Prefeito

de Dois Irmãos, Sr. Romeu B. Wolf, ampliado com uma sala de aula e cozinha em 1995 pelo Prefeito de Santa Maria do Herval, Sr. Ademir José Schneider. No ano de 1996, começou a ser construída a quadra de esportes, inaugurada em 2003. (KNORST, 2003, p. 174-175)

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto D. Pedro II, teve seu prédio de alvenaria construído em 1986 e está localizada no Bairro Padre Eterno Ilges (KNORST, 2003, p. 175);

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Amizade, localizada no bairro Amizade:

O primeiro prédio foi inaugurado em 22/09/1996 pelo Prefeito Ademir Schneider, com o funcionamento das séries iniciais e ampliado pelo Prefeito Juarez B. de Freitas em 05 de setembro de 1999, já com a autorização do funcionamento do Ensino Fundamental Completo. No dia 07 de setembro de 2000, foi inaugurado o Ginásio de Esportes pelo Prefeito Juarez B. de Freitas. (KNORST, 2003, p. 181)

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Salzano Vieira da Cunha, localizada na Vila Seger, e no ano da publicação do livro possuía 8 estudantes (KNORST, 2003, p. 182);

-Escola Municipal P. José de Anchieta, localizada na Vila Kunst “foi desativada por causa da nucleação” (KNORST, 2003, p. 183).

Cabe aqui também mencionar a atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Alberto Schweitzer, que de acordo com Knorst “foi criada em 1947 pelo Decreto nº 2343 com a denominação de Escola Rural de Boa Vista do Herval” (2003, p. 135) o autor ainda menciona que esta foi uma escola em 1969 “passou a funcionar no prédio da comunidade evangélica, construído pelos alemães para ser uma escola agrícola, passando a ser alugado pelo Estado” (KNORST, 2003, p. 135). Quanto a este prédio da comunidade evangélica “A finalidade era instruir e fixar o homem na roça e dar-lhe assistência médica e social, melhorando o saneamento básico e dando orientações sobre higiene e alimentação. Esse centro foi inaugurado em 1966 e funcionou até 1970 com o serviço de voluntários da Alemanha” (KNORST, 2003, p. 141). Entretanto não foram localizadas informações sobre o porquê da escola deixar de ser rural e nem sobre como era o funcionamento deste centro da comunidade evangélica.

5.4 Registros fotográficos das escolas: a atualidade da educação em Santa Maria do Herval

Após a coleta dos dados foi realizada uma saída de campo para localizar as escolas desativadas do município, assim foram feitos registros fotográficos e os mesmos podem ser conferidos a seguir.

Tabela 4: Escolas desativadas.

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	ANO DE FECHAMENTO
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Theodomiro Porto da Fonseca	Boa Vista do Herval	1982	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Dr. Germano Hauschild	Canto Becker	Anterior a 1984	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Bento Gonçalves	Linha Marcondes	Anterior a 1953	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto José Bonifácio de Andrade	Morro dos Bugres Baixo	Anterior a 1939	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Prof. João Klauck	Morro dos Bugres Alto	1968	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Dom João Becker	Nova Renânia	Década de 1920	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Pe. José Scholl	Padre Eterno Alto	Anterior a 1962	Ano desconhecido
Escola Municipal Pe. Teschauer	Padre Eterno Baixo	Anterior a 1988	1994
Escola Municipal Pe. Manuel de Nóbrega	Padre Eterno Baixo	Ano desconhecido	1994
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto La Salle	Padre Eterno Ilges	Anterior a 1941	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto D. Pedro II	Padre Eterno Ilges	1986	Ano desconhecido
Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Salzano Vieira da Cunha	Vila Seger	Ano desconhecido	Ano desconhecido
Escola Municipal P. José de Anchieta	Vila Kunst	Ano desconhecido	Ano desconhecido

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Theodomiro Porto da Fonseca, como pode ser observado na imagem o prédio atualmente é utilizado como moradia:

Figura 8: Escola Theodomiro Porto da Fonseca.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Dr. Germano Hauschild, atualmente está desativada, como pode ser observado no registro, a escola e seu entorno continuam preservados, o que indica que ainda está sendo usada:

Figura 9: Escola Germano Hauschild.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Bento Gonçalves, atualmente esta escola está desativada, mas seu estado de conservação mostra que ainda está sendo utilizada para outro fim:

Figura 10: Escola Bento Gonçalves.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto José Bonifácio de Andrade, escola desativada, observa-se que esta escola não constava na lista de escolas fechadas fornecida pela Secretaria de Educação do município, possivelmente esquecida por não haver registros dos fechamentos. Como pode ser visto no registro fotográfico, atualmente o prédio é utilizado como Casa Mortuária:

Figura 11: Escola José Bonifácio de Andrade.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Durante o percurso pelo município para localizar e registrar as escolas desativadas, foi observado que o uso dos prédios das antigas escolas como casas ou capelas mortuárias é frequente, e um fator que favorece isto é o fato de a escola ser construída nas proximidades da

igreja e do cemitério da comunidade, o que remete aos tempos da colonização. Além deste, outro uso comum para as escolas fechadas, é para as aulas de catequese, pois proporcionam um espaço adequado para os estudos.

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Prof. João Klauck, atualmente está desativada, mas aparenta ainda estar sendo utilizada:

Figura 12: Escola Prof. João Klauck.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Dom João Becker, não aparenta estar sendo utilizada para outro fim:

Figura 13: Escola Dom João Becker.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Pe. José Scholl, hoje se encontra desativada, mas continua a ser utilizada como Capela Mortuária e para as aulas da catequese:

Figura 14: Escola Pe. José Scholl.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal Pe. Teschauer, atualmente não está sendo ocupada:

Figura 15: Escola Pe. Teschauer.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal Pe. Manuel de Nóbrega, atualmente é utilizada como moradia:

Figura 16: Escola Pe. Manuel de Nóbrega.



Fonte: imagem cedida pelos atuais moradores (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto La Salle, atualmente é utilizada para o contraturno escolar:

Figura 17: Escola La Salle.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto D. Pedro II, atualmente esta escola também está fechada e não está em uso e o prédio está tomado por vegetação:

Figura 18: Escola D. Pedro II.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto Salzano Vieira da Cunha, atualmente esta escola está desativada, mas aparenta ser utilizada para outros fins:

Figura 19: Escola Salzano Vieira da Cunha.



Fonte: elaborado pela autora (2022).

-Escola Municipal P. José de Anchieta, atualmente está desativada e é utilizada como igreja:

Figura 20: Escola P. José de Anchieta.

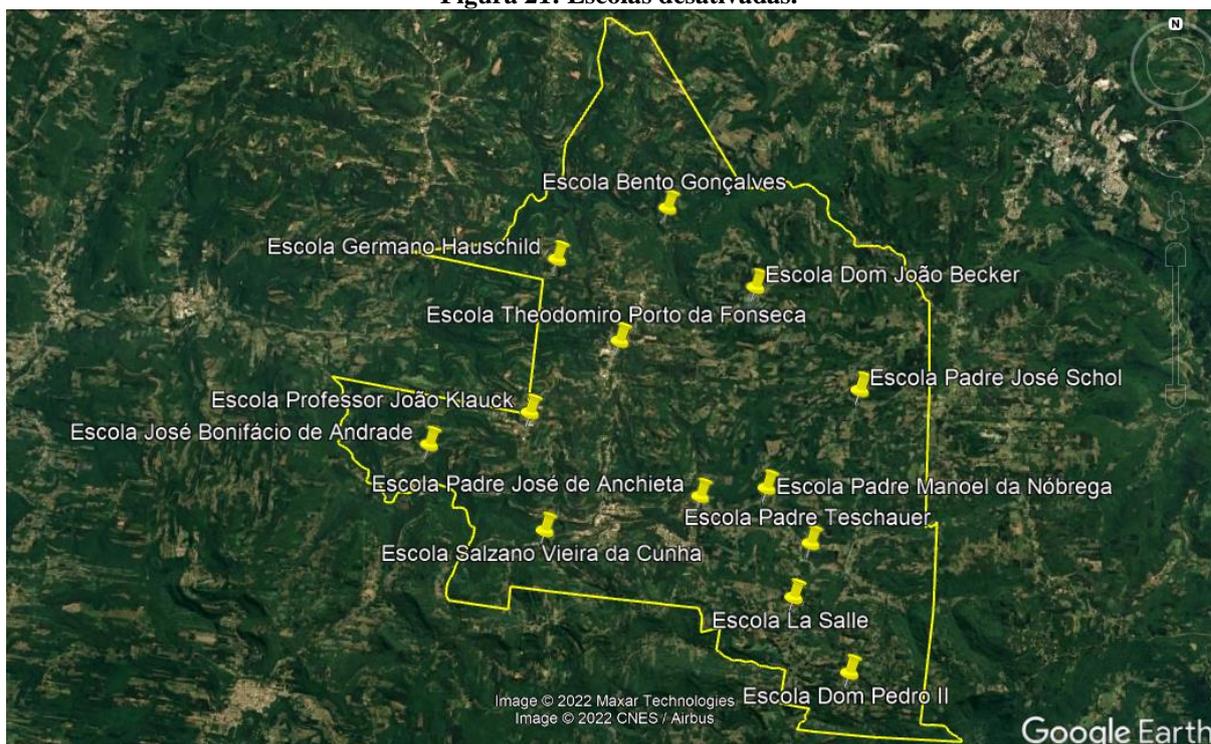


Fonte: elaborado pela autora (2022).

5.5 Algumas consequências da transformação educacional de Santa Maria do Herval

Das escolas fechadas somente três são indicadas no livro “História de Santa Maria do Herval: 15 anos de município” como desativadas, considerando que o livro foi publicado em 2003, mais as duas escolas do bairro Padre Eterno Baixo que na entrevista com a Secretária de Educação foram indicadas como desativadas, isto indica que as demais escolas foram fechadas posteriormente a esta data, resultando em 8 escolas fechadas entre 2003 e 2022, um período de 19 anos). No mapa a seguir pode ser observada a localização destas escolas:

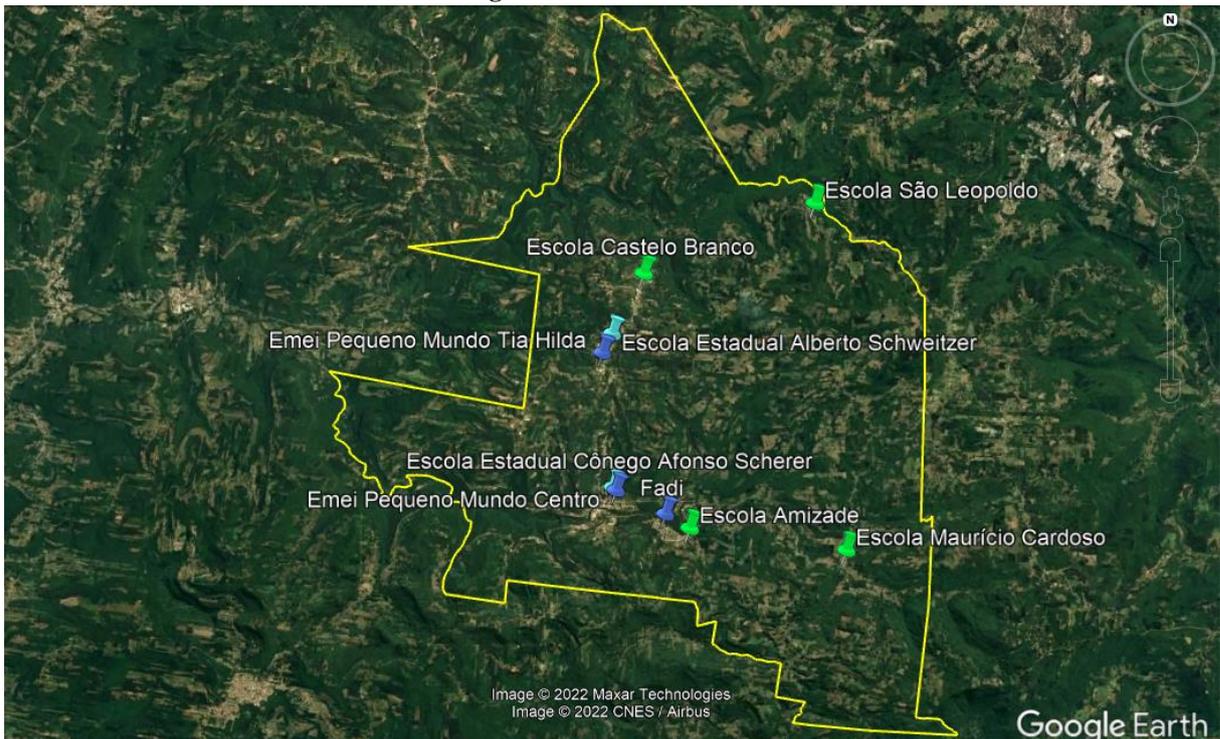
Figura 21: Escolas desativadas.



Fonte: Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2022, marcações da autora.

Observa-se que as escolas se encontravam bem distribuídas por todo o município. Atualmente os estudantes têm de ser transportados até as escolas ativas, representadas na imagem a seguir (figura 21), sendo que os marcadores verdes representam as escolas municipais de Ensino Fundamental, os marcadores azul claro as escolas estaduais (que ofertam Ensino Fundamental) e os marcadores azul escuro as escolas de Educação infantil (a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Mundo, dividida em duas unidades oferece também o ensino pré-escolar, e como descoberto na entrevista realizada, os estudantes desta faixa etária também utilizam o transporte escolar).

Figura 22: Escolas ativas.



Fonte: Google Earth website. <http://earth.google.com/>, 2022, marcações da autora.

Como pode ser observado nos registros todos os prédios das escolas são de alvenaria, e de acordo com as informações obtidas no livro de Knorst (2003) o mais antigo dos prédios foi construído em 1978, e salvo o prédio da Escola D. Pedro II, construído em 1986. Percebe-se que as demais construções estão em bom estado e poderiam continuar a serem utilizados como escolas nas comunidades.

Analisando a Figura 7 que demonstra para onde foram deslocados os estudantes das escolas desativadas e as distâncias percorridas pelos veículos do transporte escolar, além de seu tempo médio para realizar cada trajeto, fica claro que as crianças têm de se afastar de sua casa e da comunidade que conhece para estudar em uma das quatro escolas de Ensino Fundamental que permanecem ativas, ou em uma das escolas estaduais, sendo que, como ficou claro na entrevista realizada, nenhuma das duas escolas rurais do município, atualmente, aplicam iniciativas voltadas à educação do campo, nem promovem ações voltadas à temática agrícola em parceria com a Secretaria de Agricultura, Fomento Econômico e Meio Ambiente. Mostrando que atualmente o município não tem ações para promover a sucessão rural, partindo do ambiente escolar. Entretanto, como apontado na entrevista com o Presidente do Sindicato, há todo um suporte para levar os estudantes de casa para a escola e vice-versa, mas a comunidade sai perdendo quando uma escola fecha, e a criança é a maior afetada, pois sai de sua realidade e é colocada em outra. Como bem ressaltado pelo Presidente do Sindicato “*pode*

ser que nós teríamos uma sucessão lá de um agricultor que não vai ter porquê ele acabou estudando na cidade e desenhou outra coisa pra ele". Ou seja, por uma soma de fatores, uma criança que se tivesse tido uma influência agrícola na escola, poderia no futuro ter permanecido na propriedade da família e ter prosperado.

Como observado na fala da Secretária de Educação, o município não aplica e nem aplicava um currículo voltado para a Educação do Campo, como a entrevista foi conduzida pedindo somente dados após a emancipação do município, é compreensível que não tenha sido feita menção a Escola Rural de Boa Vista do Herval (atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Alberto Schweitzer) mencionada por Knorst (2003) pois ela existia, como escola rural, numa época anterior a emancipação do município, que ocorreu em 1988.

Como destacado por Kroetz e Lara (2016) "há aproximadamente 50 anos, a agricultura familiar compreendia quase 100% da economia da cidade, sendo que, no século XXI, representa apenas 17,89%" (p. 66). Partindo desta afirmação pode-se pensar os fatores que influenciaram e influenciam esta mudança. De acordo com os dados obtidos, foi a partir do ano de 1994 que foram fechadas as primeiras escolas no município, contando dados a partir de sua emancipação. Ou seja, num período de 28 anos 13 escolas foram fechadas, e a maioria delas estava localizada em área rural. Como ressaltado também na entrevista com a Secretária de Educação pode-se compreender que há jovens que abandonam os estudos, ou até mesmo que ao finalizar o ensino médio, passam a trabalhar na fábrica de calçados, de forma a ter o seu próprio dinheiro ou de ajudar os pais em casa. De acordo com Knorst (2003), a indústria de calçados foi implantada no município no ano de 1962, mas só teve sucesso na década de 1980. Então, a partir do momento em que surge uma demanda por mão-de-obra e que proporciona a certeza de se obter um salário também ocorre um movimento de membros das famílias de agricultores para dentro das fábricas de calçados. Percebe-se que com este movimento as famílias passaram a abandonar os trabalhos agrícolas, quando o trabalho na indústria passou a se mostrar mais lucrativo, isso também se comprova pela fala do Presidente do Sindicato. Ele comenta que por vezes se procura o trabalho na fábrica, em que o serviço aparenta ser menos "penoso", mas que proporciona um salário em que você não vai ter que depender das condições climáticas, por exemplo.

A partir disso e como pode ser observado atualmente no município, as localidades mais povoadas são justamente as que se desenvolveram no entorno das fábricas de calçados, ficando nítido o movimento do interior do município para as áreas urbanas. O que conseqüentemente diminuiu o número de crianças residindo no rural e a necessidade de escolas nas localidades. Essa realidade se apresenta no ano de 2003, como aponta Knorst (2003) quando indica a escola

na localidade de Vila Seger possuía somente 8 estudantes. Além disso, como demonstrado na pirâmide etária do município (Figura 5) o número de crianças que residem no município também decaiu.

Outro ponto visualizado, a partir da fala do Presidente do Sindicato, é que atualmente quem quer permanecer no rural está indo em busca de qualificação, apesar de o município não incentivar nem oferecer alguma. Ele ressaltou que, por ser um município com característica agrícola, poderia ter mais pessoas formadas ao menos com o nível de técnico, como mencionado Técnico em Agropecuária. Como consta em sua fala, antigamente a visão que se tinha era de que para ficar na agricultura não era necessário estudar, mas a realidade atualmente é outra e a atividade agrícola é uma profissão que também exige conhecimentos. E, é qualificando quem está a frente dessas propriedades, e quem um dia estará à frente delas, que poderá ocorrer o desenvolvimento do meio rural do município. Sendo assim, este movimento, este processo, poderia iniciar dentro da escola, pois é lá que a criança está boa parte de seu dia. Isto vai de encontro ao que Caldart (2000) ressaltava, de que a população do campo acredita que não é necessário o estudo para o trabalho no campo, e ainda menciona o “círculo vicioso: sair do campo para continuar na escola, e ter escola para poder sair do campo” (CALDART, 2000, p. 66). Entretanto como apontado na entrevista, a visão de que não é necessário o conhecimento acadêmico para atuar no meio rural está mudando, mas este “círculo vicioso”, de certa forma, permanece no meio rural do município, seja pela criança que precisa se deslocar até uma escola do meio urbano, ou pelo adolescente e o adulto, que tem que ir até outra cidade para obter um curso técnico ou ensino superior na área das ciências agrárias, pois o município não possui instituições que ofereçam nível técnico ou superior.

Por outro lado, como bem destacado pelo Presidente do Sindicato, não adianta mudar o currículo da escola para incluir o rural se não existirem profissionais qualificados para atuarem com os estudantes, pois como apontado por Zanon e Silveira (2013) quem atua como educador na educação do campo também precisa ter a capacidade de proporcionar atividades “que incluam o agricultor como um agente do desenvolvimento do ‘lugar’” (ZANON, SILVEIRA, 2013, p. 8). E cabe aqui também pensar os entraves passados pelos estudantes e suas famílias durante a pandemia, quando se fez necessário que as crianças tivessem o ensino remoto, em que ficaram evidentes os problemas de conexão de rede na zona rural do município e despreparação das famílias para assumirem um papel de “professor” para com seus filhos, e no que se trata dos pais que são agricultores, como os dados do Censo Agropecuário de 2017 demonstram, possuem baixo nível de escolarização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliando o perfil e a história construída nesse município, podemos concluir que com o fechamento das escolas, o correto seria priorizar o deslocamento dos estudantes para as escolas rurais do município, e então investir na qualificação dos profissionais destas escolas para que estes estejam aptos a atuar de acordo com um currículo pensado para a educação do campo.

Pois, como mostram os resultados obtidos, a inclusão de uma proposta de educação do campo ao currículo escolar, favoreceria o processo de desenvolvimento rural, pois para o campo avançar ele também precisa estar qualificado, e a escola deveria ter a função de mostrar que o trabalho na agricultura é uma profissão que exige estudo e pode retornar lucros e qualidade de vida, mas que exige responsabilidade e comprometimento. Isto poderia ocorrer nas escolas rurais ativas do município e incluindo o uso dos prédios e espaços das escolas fechadas, onde poderia ocorrer o contraturno escolar, como já acontece com o prédio da Escola La Salle, mas também envolvendo atividades promotoras da Educação do Campo, como por exemplo a implantação de viveiros e hortas, o que possibilitaria o cultivo de alimentos para a merenda escolar e uma maior vivência das crianças com o meio agrícola, tornando-as protagonistas. Cabe ressaltar que parte dos prédios são utilizados pelas comunidades para outras atividades, mas ainda assim poderiam ser mais bem aproveitados com a inclusão de diferentes iniciativas para promover a integração das famílias, ou seja, valorizar a vida em comunidade.

Com o processo de nucleação das escolas que ocorreu no município e resultou no fechamento das pequenas escolas localizadas na área rural somado a outros acontecimentos como a implantação da fábrica de calçados, fica evidente que há um esvaziamento do campo. E com essa diminuição de famílias e de crianças a frequentar as escolas, passa a imagem de que fechar as escolas é um processo natural a ser realizado. Assim surge um questionamento: a escola fechou porque tinha poucos estudantes ou fechou para afastar as famílias da área rural?

Ao término desta pesquisa, pode se enfim responder à pergunta “O fechamento de escolas ocorrido nas últimas décadas no município tem impactado no processo de desenvolvimento rural local?” e a resposta é sim, pois o fechamento das escolas impacta diretamente na vida das famílias de agricultores e conseqüentemente altera a dinâmica familiar. Essa mudança faz com que as crianças sejam inseridas num contexto escolar distinto de sua realidade, que pode influenciar em suas escolhas futuras e até mesmo na percepção que tem do meio rural. Desta forma, o questionamento que permanece é: porque as crianças e jovens não são incentivados a valorizar e ter um apreço pela agricultura, considerando que uma boa parte

deles vivem em meio rural e que muitas famílias ainda vivem da agricultura (ou seja a agricultura faz parte de suas realidades em casa), por que ela não faz parte da realidade escolar? Sendo que com o contraturno escolar oferecido nas escolas muitos estudantes passam a maior parte do dia no ambiente escolar. Não deveria este local proporcionar atividades vinculadas às suas realidades?

Cabe aqui ressaltar também a importância de haver uma maior proximidade entre as Secretarias de Educação e Secretaria de Agricultura, Fomento Econômico e Meio Ambiente, de forma a promover mais ações, como a Semana do Meio Ambiente, mas voltadas para outras temáticas como da atividade agrícola e a implantação de hortas nas escolas.

Entretanto, a inclusão de um currículo da Educação do Campo nas escolas apresenta um entrave, se a própria Secretaria de Educação percebe que são poucos os jovens que permanecem no meio rural, na atividade agrícola, por que fariam estas mudanças didáticas? Mas por outro lado cabe pensar que se o currículo fosse diferente mais jovens poderiam permanecer no campo, que é também o pensamento do Presidente do Sindicato. Assim fica evidente que é necessária a realização de mais estudos quanto as realidades agrícola e escolar do município para afirmar de fato a viabilidade da oferta da Educação do Campo.

Durante a realização desta pesquisa o principal entrave foi o acesso as informações referentes as escolas fechadas, visto que a Secretaria de Educação não possuía os dados de fechamento das escolas, somado a isso é escassa a existência de estudos anteriores realizados no município que tem por tema a educação. De todo modo ao final desta pesquisa permanecem questionamentos como porque as escolas não promovem atividades que valorizem o meio rural e incentivem os jovens a permanecer no campo? Qual o impacto que a implantação da indústria de calçados no município ocasionou no desenvolvimento rural local? Por que a Escola Rural de Boa Vista do Herval não prosperou? E por que as atuais escolas rurais não aplicam um currículo da Educação do Campo de fato? Seria de grande importância proceder um estudo de forma a descobrir qual o sentimento das famílias e das comunidades com o fechamento das escolas e com o deslocamento das crianças para escolas mais distantes.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T (Brasil). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **80 mil escolas fechadas no campo brasileiro em 21 anos**. Online, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/>. Acesso em 14 abr. 2022.
- BERLE, L. C. **Memória e identidade: Santa Maria do Herval**. [s. l.], 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182781>. Acesso em 9 set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 24 set. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em 21 out. 2021.
- BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Documento de Referência para a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário**. Brasil, p. 72, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20documento_de_referencia.pdf Acesso em 02 ago. 2022.
- BRAUN, A. D. **Santa Maria do Herval**. In: ROST, A. et.al. No coração verde da mata virgem. Thee Walt – Santa Maria do Herval. Capa de Fabiano Kunst; colaboração Cristiano Knorst, David Vier. – Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor, 2010.
- CALDART, R. S. **A escola do campo em movimento**. [s. l.], v. 3, p. 22, 2000. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2009-1/Educacao-MII/3SF/A_ESCOLA_DO_CAMPO_EM_MOVIMENTO.pdf Acesso em 14 mai. 2022.
- DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita – Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def> Acesso em 05 jun. 2021.
- DE CAMARGO, T. S. **Gênero, pluriatividade e sustentabilidade: uma investigação acerca das trajetórias de vida, formação e atuação profissional de mulheres jovens em núcleos de agricultores familiares da Encosta da Serra/rs**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress. Florianópolis, p. 12, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499467042_ARQUIVO_TextoTati.pdf Acesso em 09 set. 2021.
- DOXSEY, J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. [S. l.]: ESAB - Escola Superior Aberta do Brasil, 2002. *E-book*.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Município: Santa Maria do Herval.** 2021a. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Santa+Maria+do+Herval> Acesso em 05 jun. 2021.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Série Histórica Nova Metodologia.** 2021b. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/?ano=2016&letra=S&ordem=municipios> Acesso em 05 jun. 2021.

FRANCISCONI, C. F.; GOLDIM, J. R. **Termo de Consentimento Informado para Pesquisa.** [S. l.], 2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/conspesq.htm>. Acesso em: 25 out. 2021.

GERHARDT, T. E., *et al.* **Estrutura do Projeto de Pesquisa.** In: GERHARDT, T. E. *et al.* **Métodos de pesquisa.** [S. l.]: Ed. da UFRGS, 2009. *E-book*.

GUIMARÃES, F. O. **Políticas públicas e fechamento das escolas do campo no Brasil.** 2017. 59 f. Dissertação. Mestrado em Educação Agrícola. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ. 2017. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/2434> Acesso em 13 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo.** 2010a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/pesquisa/23/24304?detalhes=true> Acesso em 06 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Amostra - Educação.** 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/pesquisa/23/22469?detalhes=true> Acesso em 06 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Escolar – sinopse.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/pesquisa/13/78117> Acesso em 05 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário.** 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/pesquisa/24/76693> Acesso em 05 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Extração vegetal e Silvicultura.** 2019a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/pesquisa/16/12705> Acesso em 05 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice de Desenvolvimento Humano.** 2010c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/pesquisa/37/30255?localidade1=43&tipo=ranking&ano=2010> Acesso em 05 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pecuária.** 2019b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/pesquisa/18/16459> Acesso em 05 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Santa Maria do Herval**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria-do-herval/panorama> Acesso em 05 jun. 2021.

KNORST, B. **História de Santa Maria do Herval- RS: 15 Anos de Município**. Santa Maria do Herval: Amstad, 2003.

KROETZ, K.; LARA, I. C. M. de. **Espaços móveis e transitórios: um novo olhar sobre a ruralidade de uma região do Vale do Rio dos Sinos**. *Conhecimento & Diversidade*, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 60–71, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/2237-8049-2016.6> Acesso em 06 set. 2021.

MOLINA, M. C. **Avanços e desafios na construção da educação do campo**. [s. l.], v. 24, n. 85, p. 15, 2011. Disponível em: <https://seminarionacionallecampo2015.files.wordpress.com/2015/09/avanc3a7os-e-desafios-na-construc3a7c3a3o-da-educac3a7c3a3o-do-campo.pdf> Acesso em 12 mai. 2022.

PASTORIO, E. **Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS**. 2015. 162 f. Dissertação. Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria – RS. 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9444> Acesso em 12 jun. 2022.

PIÁ. **Assistência técnica**. Disponível em: <http://www.pia.com.br/institucional/assistencia-tecnica> Acesso em 09 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL. **Chamamento público escola de educação infantil**. 2021. Disponível em: <https://www.santamariadoherval.rs.gov.br/noticias/chamamento-publico-escola-de-educacao-infantil> Acesso em 05 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL. **Dados gerais**. [2022?a]. Disponível em: <https://www.santamariadoherval.rs.gov.br/pagina/dados-gerais> Acesso em 05 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL. **Histórico**. [2022?b]. Disponível em: <https://www.santamariadoherval.rs.gov.br/pagina/historico> Acesso em 09 jun. 2021.

RODRIGUES, H. C. C., BONFIM, H. C. C. **A Educação do Campo e seus aspectos legais**. EDUCERE XIII Congresso Nacional de Educação, IV Seminário Internacional de Representações Sociais Subjetividade e Educação –SIRSSE, VI Seminário Internacional Sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRAUNESCO). p. 1374 –1387. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf Acesso em 24 set. 2021.

ROSA, D. S. CAETANO, M. R. **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...seus desafios e suas perspectivas**. COLÓQUIO - Revista Científica da Faccat, v. 6, n. (1-2), p. 21-33, jan/dez/2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8586819-Da->

educacao-rural-a-educacao-do-campo-uma-trajetoria-seus-desafios-e-suas-perspectivas.html
Acesso em 25 nov. 2021.

SANTA MARIA DO HERVAL (Município). Constituição (1997). **Lei nº 23, de 28 de maio de 1997**. CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Santa Maria do Herval, RS, 20 maio 1997. Disponível em: <http://santamariadoherval.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7865&cdDiploma=19970023&NroLei=023&Word=&Word2=> Acesso em 31 ago. 2021.

SANTA MARIA DO HERVAL (Município). Constituição (2001). **Lei nº 150, de 29 de março de 2001**. AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM A EMATER/ASCAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Santa Maria do Herval, RS, 29 mar. 2001. Disponível em: <http://santamariadoherval.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7865&cdDiploma=20010150&NroLei=150&Word=&Word2=> Acesso em 31 ago. 2021.

SEBRAE RS; PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL. **Plano Municipal de Turismo**. [s. l.], p. 85, 2020. Disponível em: <https://odiario.net/packages/uploads/2021/03/PLANO-MUNICIPAL-DE-TURISMO.pdf>. Acesso em 05 jun. 2021.

SANTOS, E. O.; NEVES, M. L. C. **Educação do campo e desenvolvimento territorial: reflexões e proposições**. Revista Eletrônica de Culturas e Educação. N. 6, v. 1, p. 1-10, ano III, set-dez 2012. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/185?download=187> Acesso em 18 abr. 2022.

SANTOS, V. C.; GARCIA, F. M. **O fechamento de escolas rurais do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais**. Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dôssie v.1, n.4, p. 264-289, out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/download/31790/21771/98185> Acesso em: 14 abr. 2022.

SILVEIRA, D. T., CÓRDOVA, F. P. **A Pesquisa Científica**. In: GERHARDT, T. E. *et al.* **Métodos de pesquisa**. [S. l.]: Ed. da UFRGS, 2009. *E-book*.

VENDRAMINI, C. R. **Qual o futuro das escolas no campo?**. Educação em Revista, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 49–69, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982015000300049&lng=pt&tlng=pt Acesso em 27 abr. 2022

ZANON, J. S.; SILVEIRA, C. P. **Valorizando o lugar: a educação do campo e o desenvolvimento rural sustentável na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bernardino Fernandes, Distrito Pains, Santa Maria-RS**. Seminário Regional e Fórum de Educação do Campo I Seminário Regional de Educação do Campo. 2013, v. 1. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2003/Jo%C3%A3o%20Silvano%20Zanon%20e%20Carla%20Pereira%20Silveira.pdf> Acesso em 18 abr. 2022

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA
PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS**

1) Qual é o perfil dos agricultores do município do município? Qual é a média de escolarização? Qual é a média de idade? Qual o percentual de agricultores familiares? Percentual de famílias agrícolas com jovens? Percentual de famílias agrícolas com idosos? Há casos de sucessão rural? E nesses casos os filhos possuem qual nível de escolaridade, tiveram um ensino agrícola?

2) Os filhos de agricultores frequentam a escola? Você percebe se há algum incentivo por parte das famílias para que os filhos estudem? Há incentivo para que eles estudem e permaneçam na propriedade ou para que atuem em outras áreas?

3) As crianças e jovens tem apego a propriedade familiar e interesse pela agricultura, pecuária etc.?

4) No seu convívio com agricultores que possuem filhos que frequentam a escola, o que você percebe? As crianças percorrem uma longa distância para chegar a escola, elas precisam ajudar em casa e nos trabalhos na agricultura? As famílias tiveram problemas durante a pandemia em relação a educação dos filhos?

5) As escolas rurais do município aplicam iniciativas voltadas a educação do campo? A Secretaria de Agricultura promove alguma iniciativa junto com a Secretaria de Educação? Quais?

6) Na sua visão, tanto como secretário de agricultura, como agricultor e como morador do município, quais são as perspectivas que o/a jovem tem no município, após a conclusão do ensino médio, para onde você percebe que os/as jovens se deslocam?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

- 1) Desde a emancipação do município em 1988 quantas escolas foram fechadas?
- 2) Em quais bairros estavam localizadas essas escolas?
- 3) Qual ano em que cada uma foi fechada e devido a qual motivo?
- 4) Os estudantes que estudavam nessas escolas foram deslocados para qual escola? Situada na zona rural ou zona urbana?
- 5) Para o transporte dos estudantes até as escolas são utilizados ônibus, quantos estudantes necessitam de transporte? Quantos veículos são necessários para o transporte escolar? O município consegue atender essa demanda com transporte próprio?
- 6) O município tem a posse de quantos ônibus (incluindo vans, microônibus)? Quantos são utilizados no transporte escolar? Qual foi o meio para aquisição desses?
- 7) O transporte escolar é utilizado em quais situações (deslocamento rural-rural, urbano-rural, rural-urbano ou urbano-urbano)? Quem faz o uso do transporte (faixa etária atendida e níveis de escolarização)?
- 8) Quanto tempo dura a linha do transporte escolar, ou qual a distância percorrida pelo ônibus do ponto em que embarca a primeira criança até a chegada na escola?
- 9) As escolas do município aplicam ou já aplicaram iniciativas voltadas a educação do campo? Se sim quais são essas iniciativas e se não, por que não, ou por que não aplicam mais? A Secretaria de Educação promove alguma iniciativa junto com a Secretaria de Agricultura? Quais?
- 10) Sobre a evasão escolar no município, qual o percentual? Em qual nível do ensino ou faixa etária em que é mais frequente? Qual o perfil dos estudantes que abandonam os estudos (meio rural ou urbano)?
- 11) E sobre a reprovação, qual o percentual? Em qual nível de ensino ou faixa etária é mais frequente? Qual o perfil dos estudantes que reprovam (meio rural ou urbano)?
- 12) Como você descreveria o perfil dos estudantes do município? (meio rural ou urbano, a família trabalha na agricultura)
- 13) Durante o período da pandemia (2020-2021) os estudantes tiveram problemas no acesso a internet para acompanhar as aulas? Quem foi mais prejudicado os estudantes do meio rural ou do meio urbano? E para as famílias pegarem as atividades nas escolas, estas tiveram empecilhos para tal? Quem teve mais dificuldade quem residia no rural ou no urbano? Como esses problemas foram contornados?
- 14) Na sua visão, tanto como secretária de educação, como professora e como moradora do município, quais são as perspectivas que o jovem tem no município, após a conclusão do ensino médio, para onde você percebe que os jovens se deslocam? E até mesmo quando abandonam os estudos quais são as perspectivas que possuem?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO, LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Trabalho de Conclusão de Curso INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS

NOME: _____

RG/CPF: _____

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso "As transformações na educação no meio rural em Santa Maria do Herval-RS" para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do Trabalho de Conclusão de Curso "As transformações na educação no meio rural em Santa Maria do Herval-RS" – do Curso *Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo identificar se o fechamento das escolas rurais do município de Santa Maria do Herval impacta no processo de desenvolvimento rural.

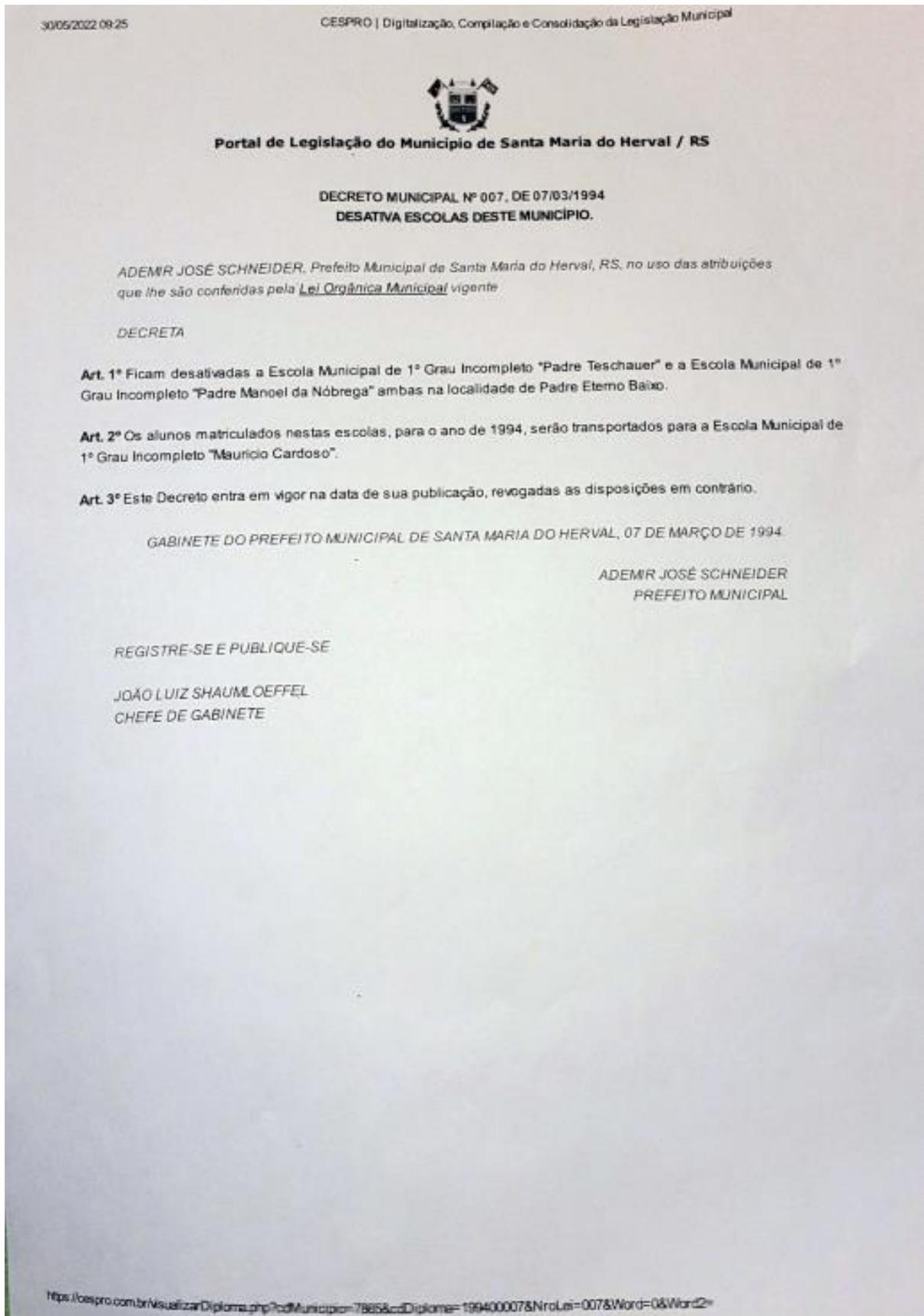
A minha participação consiste na recepção do aluno Amanda Jackelyne Batista para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que esta pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pelo aluno. Para isso, AUTORIZO / () NÃO AUTORIZO a minha identificação.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura _____

Santa Maria do Herval, _____/_____/2022

ANEXO A – DECRETO QUE DESATIVA ESCOLAS DO MUNICÍPIO

Fonte: documento obtido na Secretaria de Educação do município (2022).